



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

ATA N.º 31/XII-2º/2018-19

1 - Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, sito na Rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Local de Habitação do Município de Almada”

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE) informando a impossibilidade de estar presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso, de Andreia Sofia Fernandes Egas, de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE)

4.1.2 - O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett;

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica, Trafaria Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira.

4.2. Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença dos/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco em substituição da Senhora Presidente da Câmara Inês de Medeiros e do Senhor Vereador Luís Manuel Salgueiro em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias, por impedimento da eleita Lina Cristina Gonzalez.

4.4- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.4.1 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

4.4.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a intervenção de requalificação do edifício da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Senhor Município Daniel Silva.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Nos últimos anos, Portugal tem-se defrontado com problemas graves, nas áreas do envelhecimento, da educação e da habitação que necessitam de ser pensados e solucionados.

Por um lado, o envelhecimento populacional, um dos dilemas centrais do século XXI, que em virtude das melhores condições de vida de saúde, da diminuição da natalidade, fazem com que haja hoje um número elevado de idosos que se encontrem sozinhos e sem apoios.

Por outro lado, o aumento exponencial e desajustado dos preços do arrendamento, que tem afetado, em grande medida, os jovens trabalhadores, que vêm afetado o seu direito à habitação digna, e os estudantes universitários e do ensino profissional, a quem é dificultado o acesso à educação, por não conseguirem pagar o alojamento.

Perante esta dupla realidade, que também tem afetado o Concelho de Almada, a Juventude Socialista de Almada propôs, em 2017, uma solução aglutinadora que pretende contribuir para a resolução de ambos os problemas: o Arrendamento Intergeracional.

A proposta do Arrendamento Intergeracional, que foi desde cedo, bem-recebida pelo atual Executivo da Câmara Municipal de Almada, e que integrou inclusive, o programa autárquico do PS, pretende diminuir a solidão dos nossos idosos e, ao mesmo tempo, ajudar os jovens trabalhadores e os jovens estudantes com dificuldades em pagar o arrendamento de um alojamento, e contribui para práticas intergeracionais. Acresce que, visto o centro histórico de Almada ser maioritariamente habitado por população mais envelhecida, o Arrendamento Intergeracional contribui, igualmente, para uma revitalização do centro histórico, por atrair mais população jovem.

O Arrendamento Intergeracional permite também a troca de vivências entre gerações, a melhoria de competências digitais básicas, linguísticas e de trabalho colaborativo dos idosos, contribuindo para um envelhecimento saudável e produtivo.

Recentemente, o Governo aprovou o Plano Nacional de Alojamento Estudantil, que pretende a disponibilização de alojamento para os estudantes do ensino superior que se encontram deslocados do local da sua residência, de forma condigna e a preços acessíveis, contribuindo para o alargamento e a democratização do acesso ao ensino superior. No âmbito do referido programa, Almada foi contemplada, mas apenas com a atribuição de 1259 novas camas.

Apesar de este ser um enorme contributo para os estudantes universitários do nosso Concelho, a verdade é que apenas mitiga o problema, não o resolvendo. Basta recordarmos que Almada possui um polo universitário com 7 instituições e com um total de, aproximadamente, 11.000 (onze mil) estudantes.



Para além disso, escasseiam soluções para o caso dos estudantes do ensino profissional e para o problema dos jovens que apesar de terem um salário, não conseguem arrendar uma casa.

É por isso que a proposta da Juventude Socialista de Almada continua atual, pertinente e necessária.

É por isso também, que mais do que nunca, é hoje importante contribuirmos para a atenuação dos problemas que assolam os nossos idosos, os nossos estudantes e os nossos jovens trabalhadores.

O Arrendamento Intergeracional é a resposta que o nosso Concelho precisa, para uma habitação digna, pelo direito à educação e pelo direito a um envelhecimento de qualidade.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Vice-presidente da Câmara João Couvaneiro em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Esta preocupação que foi aqui trazida, é uma preocupação constante do atual Executivo, integrou no caso o programa eleitoral do Partido Socialista e que está a acompanhar aquelas que são as preocupações que temos. A estratégia que aqui hoje vai ser apresentada, fala e aborda a necessidade da construção de um espaço de alojamento intergeracional e, portanto, agradecendo naturalmente o contributo e a proposta, dou nota que é uma preocupação constante do atual Executivo e na qual estamos a trabalhar.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foi apresentado o seguinte Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Carlos Delié (Anexo 1), apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Delié

Faleceu no passado dia 29 de abril de 2019, aos 67 anos de idade, Carlos Manuel Barroso Delié, autarca deste Concelho e militante do Partido Socialista. Nascido em Lisboa em 1951, Carlos Delié morou toda a sua vida no Concelho de Almada: na Trafaria e no Laranjeiro.

Na sua vida profissional, muito ligada à área dos transportes e mobilidade, exerceu funções de dirigente na Transtejo e na empresa Transportes Sul do Tejo, onde sempre teve a preocupação de criar as pontes necessárias para a adequação do serviço público de transportes às reais necessidades da população.

Tornou-se militante do Partido Socialista em 1982, e desde então sempre foi um militante ativo, tendo exercido cargos de Vereador da Câmara Municipal de Almada e de eleito da Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, e mais recentemente na Assembleia da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó.

Se há legado que o Carlos nos deixa, a todos nós, é o respeito pelos órgãos democraticamente eleitos e a responsabilidade com que exercia os cargos públicos, mas também o amor que tinha pela Liberdade, pela Democracia e pelo Poder Local Democrático, que sempre defendeu.

Perdemos, todos nós, um exemplo de autarca, um autarca que estava onde era necessário, com a humildade que é característica dos grandes Homens, que se batia pelas ideias que defendia, mas sempre com uma enorme elevação e grande respeito por todas as forças políticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária em 8 de maio de 2019, delibera manifestar o seu pesar pela morte de Carlos Delié e apresentar aos seus familiares e amigos e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.”

6.1.3 – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Palma (CDU) e José Rocha (BE) e ainda o Senhor Vice-presidente da Câmara João Couvaneiro em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Em nome da bancada da CDU, dizer à bancada do Partido Socialista, que nos associamos a este Voto de Pesar, e quero em nome do coletivo que represento, mas também a título pessoal, dizer-vos, que ao longo do percurso político, conheci o Carlos Delié, para além dos debates que tivemos bastante acalorados, todos eles acabaram sempre com um aperto de mão e com grande cordialidade, e dizer-vos que perdi também um amigo com quem por vezes nos encontrávamos de manhã a tomar um café e a discutir quer política, quer outras paixões que tínhamos em comum e, portanto, é com muito pesar que nos associamos a este Voto que foi aqui apresentado.”

6.1.3.2 – O Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Naturalmente, penso que falando em nome do Executivo, o Carlos era um amigo de todos, camarada de alguns e um companheiro de combates. É alguém que nos deu sempre o testemunho de ser um Homem de causas, convicções, de frontalidade, de combate pelas coisas em que acreditava, é um exemplo de cidadania, é um Democrata e por isso nos deixa a todos mais pobres a sua partida.”

6.1.3.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Queremos naturalmente associarmo-nos a este Voto de Pesar e endereçarmos os nossos sentimentos à bancada do PS e à família.”

6.1.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.1.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da Agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Local de Habitação do Município de Almada”.

7.1.2 - Para apresentação da proposta da Câmara usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O facto de ter existido uma nova geração de políticas no campo da habitação, e muito em especial a oportunidade de se fazer uma candidatura de financiamento no âmbito do 1º Direito, que é o programa de acesso à habitação, obriga à concessão de uma Estratégia Local de Habitação.

Acontece que o Município entendeu esta obrigação, que é de facto, uma obrigação, não nos podemos candidatar ao 1º Direito sem que tenhamos feito esta Estratégia, mas o Município entendeu esta obrigação de apresentação de uma Estratégia, como a oportunidade para efetivamente pensar de uma forma mais vasta, de uma forma mais articulada, toda a problemática da habitação que é bastante mais vasta, e fazer dela um elemento estruturante de uma outra coesão social e territorial. Ou seja, não pensar apenas no realojamento de quem precisa mais, mas pensar a Cidade, o Concelho, nesta lógica de coesão social e territorial. Foi nesse sentido que apelamos à participação do Conselho Local de Ação Social e às Juntas de Freguesia, nomeadamente naquele que era o passo inicial e fundamental, para a elaboração da Estratégia, que era a referenciação de necessidades de habitação. Portanto, o chamado diagnóstico que teria que identificar de uma forma rigorosa e pormenorizada, as necessidades de habitação a diversos níveis, e por isso, criou-se um grupo de técnicos da autarquia de diferentes Departamentos, do Urbanismo, do Desenvolvimento Local, da Habitação para trabalharem esta proposta e contratualizou-se um apoio técnico nesta matéria, para ajudar a construir essa mesma proposta.



Portanto, os Senhores/as Deputados/as Municipais, têm convosco este texto da Estratégia, um texto que nós consideramos que não é um texto fechado, é bem pelo contrário um texto aberto, que pode ser quer a nível do diagnóstico, quer a nível dos caminhos a percorrer, quer a nível das metas, que são talvez as mais rigorosas que aí já aparecem, sofrer alterações. Mas, este texto que nós consideramos que é um texto arrojado, que é um texto forte e que poderá eventualmente até, com a participação e a nova intervenção do Conselho Local da Ação Social, das Juntas de Freguesia, poderá ainda sofrer alterações. Portanto, dizia eu que é um texto arrojado, consideramos que é um texto sólido e que sustenta a intervenção da autarquia nos próximos dez anos com uma meta intermédia de seis. Devendo dizer que estes seis, correspondem aquilo que é coberto pelo programa 1º Direito. Tem um sumário executivo, como podem ver no documento que têm, tem algumas notas metodológicas, tem um diagnóstico com estratégias e algumas medidas a seguir que são muito diversas, na reabilitação, na aquisição para arrendamento, no apoio financeiro ao arrendamento, nas medidas urbanísticas que possam concorrer para a equidade no acesso à habitação. E, portanto, penso que contém os elementos essenciais, para que dele possa emanar a candidatura ao financiamento através do 1º Direito.

Portanto, este texto que aí está, será o quadro de referência para a elaboração dessa candidatura ao financiamento do 1º Direito. E que sim esse será um documento muito mais parametrizado em que o diagnóstico não será muito diferente deste, mas pode ser esse que aí está, pode ser atualizado e em que serão escolhidos com muito maior clareza e pragmatismo, os caminhos que poderão levar ao início das respostas para a resolução do problema da habitação. A reabilitação de edifícios municipais, de outros que possam existir e que depois possam efetivamente ser postos ao serviço das pessoas que deles precisam.

Queria apenas dizer o seguinte: eu acho que nós hoje estamos a discutir e acabei de o explicitar, e vamos aprovar um documento do qual vão emergir, e penso que isto era bom que ficasse claro para todos nós, poupar-nos-ia aqui muita discussão, o início de uma intervenção, que vai procurar dar início à resolução do problema habitacional que temos. Sabemos que isto é um enorme desafio, temo-lo dito, nunca dissemos que era fácil, temos dito que é um enorme desafio, mas estamos decididos a enfrentá-lo, e o começo está aqui. Essa Estratégia Local de Habitação, é esse começo. Uma caminhada que nós sabemos que vai ser difícil, mas que é urgente e que nós entendemos começar.”

7.1.3 - No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Artur Alfama (PAN), José Rocha (BE), João Galdes (CDU), Carlos Guedes (Ind), Ana Margarida Lourenço (PS), Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP) Pedro Matias (PS) e Ivan Gonçalves (PS).

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Começamos por saudar a existência de uma estratégia para a habitação, sabemos que o Concelho de Almada tem, a este nível, carências que são reconhecidas, não importa aqui nem vamos estar a culpar, se é uma herança do passado, se não é, quem fez na altura, fez o melhor que pôde e soube, interessa-nos agora olhar para o futuro e fazer um caminho em que possamos resolver o problema. É com isso que as pessoas contam, e é isso que queremos fazer em conjunto.

Gostávamos de dizer que muitas das linhas que aqui são apresentadas, coincidem também com o nosso programa e com um eixo programático que o PAN apresentou na altura das eleições, portanto, algumas das medidas são em traços gerais coincidentes. No entanto, existem algumas notas que gostaríamos neste âmbito deixar. Decorreu hoje em Setúbal, uma Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas, nessa Conferência, temos conclusões que não sendo novas, são alarmantes, o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, refere que Portugal entrou na rota dos furacões e na zona de Lisboa, Almada está na linha da frente. Os impactos considerados na nossa zona costeira, são considerados brutalmente graves, entre a Cova do Vapor e a Fonte da Telha, e estamos a falar de uma área onde temos problemas de habitação relevantes, nomeadamente, o 2º Torrão, também a Cova do Vapor, e não menos importante os parques de campismo. Só por um mero acaso neste inverno, não fomos atingidos por um furacão que se desviou à última da hora, e que podia nos ter causado gravíssimos impactos, é uma questão de tempo, não é se, é quando, e neste âmbito, estando nós a discutir aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

uma Estratégia de Habitação, temos que ter redobrada a atenção, na forma como vamos tratar deste assunto, nomeadamente, nesta zona de elevada sensibilidade.

Não menos importante do que obviamente, realojar estas pessoas, também é importante tratar da comunidade sem abrigo, das pessoas que não têm casa, tivemos numa das últimas Sessões, presente um munícipe nessa situação, que eu penso que a ninguém deixou insensível, também existe uma medida nesse âmbito e que saudamos naturalmente. O caso dos sem abrigo, que eu particularmente conheço alguns casos, são casos muito complexos, são caso problemáticos, têm que ser acompanhados e tratados individualmente e com máximo rigor e atenção, julgo que é urgente e é uma situação que também era bom que neste mandato se conseguisse resolver definitivamente esse problema.

Depois concretamente em relação à Estratégia, em relação ao programa ao qual a Câmara Municipal se está a candidatar, o 1º Direito, para nós, nós subimos mais uns degraus, o 1º Direito é o direito à vida, o direito à habitação é obviamente fundamental, mas o direito à vida será sempre o 1º e daí esta minha introdução, também para salvaguarda que a habitação sim, mas em condições de sustentabilidade para toda a gente.

Relativamente ao programa em concreto e à habitação, nós gostávamos que de facto, também fossem considerados nesta Estratégia, a questão das zonas envolventes e da forma como esta habitação vai ser criada. Portanto, no fundo, que fossem considerados espaços arborizados, que fossem consideradas as zonas que não fossem meros dormitórios, muito menos guetos para enfiar pessoas de comunidades que às vezes acabam por ficar fechadas e não ter uma hipótese de interagir e de mostrar a sua própria cultura, achamos que era muito importante e sabemos que muitas destas pessoas vêm de comunidades como a comunidade cigana, a comunidade africana, comunidade brasileira, comunidade de Leste, portanto, era importante criar espaços e era importante que a Câmara Municipal dinamizasse depois atividades, no sentido em que houvesse uma interação com a população do Concelho de Almada, em que estas zonas não fossem meras zonas habitacionais, mas fossem zonas a visitar pela restante população, onde a população e onde no fundo fossem criados eventos e atividades que permitissem a toda a população também fruir desta cultura, fruir desta diversidade e no fundo aproximar todas as comunidades porque somos todos almadenses.

Também é importante obviamente, haver equipamentos desportivos, haver espaços agradáveis para que as pessoas tenham algo com que no fundo se poderem entreter no seu dia a dia. Há algumas situações no Concelho de Almada que nos causam alguma confusão, por exemplo, no Parque Urbano na Costa da Caparica, temos um ringue desportivo e cortes de ténis que estão sem utilização, muitos cidadãos já me têm perguntado porque razão não é possível praticar ali desporto, estes tipos de situações causam naturalmente, alguma perplexidade às pessoas, mas é importante que estes espaços habitacionais, sejam obviamente dotados de equipamentos também desportivos, para esse efeito.

Obviamente, na medida do possível, também era bom que fosse criado comércio local, que fosse criado emprego, que se evitasse no fundo os movimentos pendulares, que todos reconhecemos com impactantes na qualidade de vida das pessoas. Zonas seguras do ponto de vista da circulação, habituamo-nos hoje a ver um pouco por toda Almada carros por cima dos passeios, dificuldades de mobilidade para quem tem mobilidade reduzida, porque não é possível circular em muitos dos passeios do nosso Município. Portanto, que passasse a haver intolerância com este tipo de práticas, que houvesse também zonas e possibilidade de interação entre gerações, para crianças, para idosos.

Depois também, não menos importante, a questão de algumas zonas que podem ser reabilitadas, estou-me a lembrar no caso da Romeira, zonas onde existem colónias de animais, animais silvestres, não são animais adotáveis, e no fundo, termos também em consideração a criação ou possibilidade de criação de abrigos refugio ou de alguma forma de mantermos esses animais e até podermos eventualmente depois criarmos a figura do animal comunitário e outros instrumentos que penso que também estarão previstos numa estratégia a delinear para a área animal.



Outro assunto também importante, se possível, a criação de hortas urbanas, nestas zonas, de forma a que possa haver também depois uma sinergia criada com mercados locais, onde as pessoas possam cultivar e possam aprender técnicas básicas de cultivo.

Em termos de mobilidade, o Plano de Ciclovias, que nós ainda não conhecemos, estamos a aguardar, mas que no fundo também estas zonas estejam integradas com esse Plano de Ciclovias, também com a questão dos transportes públicos, que sejam articuladas de forma a que existam transportes públicos que deem a estas pessoas saídas e basicamente os pontos que tínhamos para focar são estes.

Logicamente vamos aprovar esta Estratégia como ponto de partida, gostaríamos que de facto, ela se concretizasse na chegada à atribuição então deste direito à habitação, salvaguardando todos os aspetos que referimos e na medida do possível integrando estas e outras sugestões que eventualmente viermos ainda a fazer.”

7.1.3.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Para Bloco de Esquerda, é de extrema importância a criação de uma estratégia de habitação local para o concelho de Almada. Aliás não só é importante, como é absolutamente necessária num Concelho onde existem enormes carências sociais. A consequente e aterradora realidade são milhares de famílias a viver em barracas ou em casas sem o mínimo de condições de habitabilidade, de dignidade e de segurança.

Não podemos por isso perder a oportunidade aberta pelos programas nacionais e pelas linhas de financiamento anunciadas pelo Governo.

Para isso era necessário o executivo apresentar uma Estratégia Local de Habitação. É um bom pretexto para que o município passe a ter uma coisa que nunca teve: uma estratégia para combater a calamidade social que é a negação do direito básico à habitação a milhares de famílias, muitos adultos, mas também muitas crianças.

Contudo, e apesar da nossa concordância com a necessidade desta estratégia, o documento que nos é apresentado não nos tranquiliza totalmente. Causa-nos até alguma preocupação a inexistência de calendarização para a concretização das várias medidas elencadas.

Confrontados, por exemplo, com a necessidade de realojamento de um número aproximado de 8.000 pessoas em 10 anos, em momento algum somos esclarecidos sobre como irá ser efetuado. Importa, pois, perceber em que moldes se irá materializar essa medida, qual o número de pessoas a realojar anualmente e de que forma.

O único objetivo qualificado é o de disponibilizar 500 fogos a cada 3 anos. Ficamos sem perceber em que moldes esta medida vai ser possível, se esta rotatividade implica a saída de pessoas de habitações para entrarem outras. O Bloco de Esquerda anuncia desde já que será absolutamente contra uma política de despejos no município.

Preocupa-nos, por isso, o facto de nunca ser referenciada a necessidade da construção de novos fogos para habitação social, acreditando nós que é impossível encontrar soluções para resolver um problema desta dimensão sem novas construções. A total ausência de quantificação sobre os subsídios ao arrendamento a atribuir, os fogos a adquirir, e os fogos de outras entidades que podem ser mobilizados. Para o Bloco de Esquerda um documento tão importante para a vida dos cidadãos, sobretudo para todos aqueles socialmente fragilizados, é demasiado vago, carece de informação mais detalhada, para que todos consigamos perceber o que é que vai ser feito no concreto.

Queremos reforçar a prioridade que deve ser dada à intervenção nos bairros de barracas e ao realojamento daquela população. Sabemos que é complicado porque é urgente, mas tem de ser feito com cuidado e com respeito pelas pessoas, não aceitaremos novos bairros da Jamaica na Margem Sul.

Há problemas sociais graves que afetam o direito à habitação. Mas esses não são os únicos riscos. A economia é um risco pela dinâmica especulativa do mercado de habitação. E as alterações climáticas também representam um risco. Ainda hoje a Agência Portuguesa do Ambiente anunciou que "Portugal entrou na rota dos furacões" e que, na zona de Lisboa, Almada está na linha da frente. Será que a estratégia está preparada para isto tudo?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não podemos, contudo, deixar passar este debate e este levantamento sem dizer o quanto nos é difícil de compreender, em pleno século XXI, o número assustador, atrever-me-ia a dizer quase obsceno, de barracas existentes no nosso Concelho, como achamos inexplicável existirem 51 casas emparedadas, com tantas famílias carenciadas a viverem em condições deploráveis, 62 bairros degradados com vários tipos de carências, como chegamos ao ponto de não ter completado o PER dos anos 1990 e agora ter 8000 pessoas a precisar de realojamento.

Como achamos irresponsável ter deixado a habitação municipal ao abandono. No relatório são mencionados vários casos de disfunções na rede de drenagens de águas residuais, roturas em todas as canalizações, problemas de esgotos, e grandes problemas de ventilação.

As descrições são de sistemas de ventilação nas cozinhas com dimensionamento insuficiente e apenas uma saída, infestação de baratas que circulam nas prumadas, casos de não existência de tubos de exaustão do esquentador com traçados que potenciam fenómenos de refluxo ao não desembocar nas saídas da chaminé o que afeta a qualidade do ar do interior e da salubridade já que o monóxido de carbono produzido pela combustão, não é libertado corretamente.

Também é referido que a insuficiente reabilitação de ar na habitação e a ausência de ventilação adequada no local onde se encontram colocados os aparelhos, constituem agravante, o que é muitas vezes o caso, já que as salas de ventilação são muitas vezes tamponadas pelos próprios titulares por forma a defender-se da circulação de insetos. Tudo isto é descrito de forma reiterada sobre o estado do parque habitacional social do nosso Concelho. Tudo isto é consequência de muitos anos de desinvestimento na habitação social, com responsabilidades várias. O Governo não fez tudo o que podia, mas o município também não fez tudo o que devia. É inaceitável, que em Almada se desrespeite o direito à habitação desta forma, é incompreensível o estado de degradação a que chegou a habitação municipal durante a governação da CDU.

Hoje, porque finalmente temos um levantamento público que antes inexistente, estamos em condições de fazer duas coisas. Apontar responsabilidades a quem teve no passado e pedir responsabilidades a quem as tem no presente,

O Bloco de Esquerda é leal ao programa eleitoral com que se candidatou. Elegemos o direito à habitação como prioridade e cá estaremos para lutar por ela.”

7.1.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A Assembleia Municipal de Almada reúne hoje em Sessão Extraordinária para debater e votar uma proposta da Câmara Municipal referente à habitação, uma área de intervenção que a CDU sempre afirmou como central no país e naturalmente em Almada, e que assume especial importância, significado e também complexidade na nossa vida coletiva. Iremos deliberar sobre a proposta de Estratégia Local de Habitação proposta pela Câmara Municipal.

Importa, desde logo, ter presente o quadro legislativo e normativo que determina esta necessidade de deliberar sobre esta matéria, que decorre da Portaria nº 230/2018, de 17 de agosto, que regulamenta o Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho, que estabelece o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Legislação produzida, publicada e vigente desde meados do ano de 2018, é bom que sublinhemos esta circunstância.

A par desta circunstância, é necessário reter igualmente a ideia de que estamos a decidir sobre um problema que diz intrinsecamente respeito à vida das pessoas. Por isso o designamos como “1º Direito”. É precisamente por estar tão intimamente relacionado com a vida das pessoas – e sobretudo com a qualidade da vida das pessoas – que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º, estabelece o acesso a uma habitação condigna e adequada como direito fundamental de todos os portugueses e portuguesas, e atribui ao Estado a incumbência primeira na construção das soluções que permitam assegurar esse direito a todos.

Trata-se por isso, e em primeiro lugar, de uma responsabilidade do Estado Central. Assim determinada há 43 anos pela lei fundamental do país. A prova cabal dessa realidade, foi essa necessidade de fazer aprovar uma Lei



da República que transfere, agora, essa responsabilidade para as Autarquias Locais. Falta, no entanto, uma política nacional de habitação capaz de estruturar de forma adequada a intervenção e a resposta a um problema que está muito longe de ser um problema de Almada, e mesmo das Áreas Metropolitanas, mas é um problema nacional. E nesse quadro, é também indispensável a aprovação de uma Lei de Bases da Habitação, que se afirme como garante do cumprimento integral do direito à habitação de todos os portugueses e portuguesas, conforme estabelece a Constituição da República Portuguesa.

Senhores/as Deputados/as Municipais,

Sobre a proposta de estratégia local de habitação que aqui nos é trazida pela Câmara Municipal. Ao contrário daquilo que a CDU desejaria, a proposta que nos é presente é frágil, pouco robusta e em muitos casos fundada em elementos de informação manifestamente insuficientes e mesmo incoerentes, e surge-nos construída em torno de uma metodologia de trabalho que nos suscita as mais sérias reservas.

Esta Assembleia Municipal, nos termos aliás da lei enquanto órgão competente para aprovar este documento, está a discutir e irá votar uma proposta na qual não teve a mínima – sublinho, a mínima! – participação quanto à sua conceção e construção. Não teve a Assembleia Municipal, como não tiveram as Juntas e Assembleias de Freguesia, as Associações de Moradores, as Associações de Comproprietários das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as organizações de juventude, e outras organizações que, no entender da CDU, podiam e deviam ter sido chamadas a participar ativamente na conceção e elaboração desta proposta de estratégia local de habitação. Mesmo os Vereadores foram chamados apenas a participar numa única reunião onde lhes foi apresentado um conjunto de diapositivos e documentos impressos; e para não falar já do escasso envolvimento em todo este processo dos serviços municipais, como aliás o próprio documento reconhece e regista. Uma proposta numa área tão importante e complexa, convocava e exigia à partida uma ampla participação dos diferentes agentes políticos e sociais diretamente envolvidos no problema.

Quanto ao enquadramento da proposta que aqui discutimos com a legislação que lhe deu origem. A Portaria 230/2018, que regulamenta o Programa 1º Direito, estabelece de forma muito clara e objetiva cinco critérios que devem ser respeitados na elaboração da estratégia local:

1. Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais, integrando informação relativa às características, número de pessoas e número de agregados familiares envolvidos:
 - a. Nesta proposta, aquilo que está mais próximo desta exigência é o diagnóstico sobre o parque habitacional municipal. E mesmo assim, faltou informação sobre mais de 750 locados, no total de cerca de 2300 fogos propriedade do Município;
2. Definição de uma estratégia ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território:
 - a. Uma estratégia que esta proposta não integra;
3. Programação para um período máximo de seis anos:
 - a. Esta proposta aponta para um prazo de dez anos;
4. Definição de prioridades para as soluções habitacionais:
 - a. A política nacional aponta como prioridade a reabilitação.
 - b. A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal – infelizmente ausente deste debate e ainda que esta sessão tenha sido convocada a seu pedido – tem afirmado repetidamente que pela reabilitação não será possível resolver os problemas da habitação no Concelho de Almada.
 - c. Perguntamos, por isso, qual é a componente de reabilitação e qual é a componente de construção de nova habitação ou aquisição de fogos previstas nesta estratégia local? O documento não esclarece estas questões.
5. Demonstração junto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que as propostas contidas na estratégia local são compatíveis com as prioridades definidas ao nível da política nacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Depois, a CDU interroga-se, e interroga a Câmara Municipal, como será assegurada a concretização daquele que é um pilar essencial da estratégia local de habitação que aqui nos é proposta, que passa pela substituição a cada três anos de 500 agregados familiares arrendatários de habitações municipais.

Como, que critérios, como saem e para onde saem os 500 arrendatários e suas famílias que darão lugar a novos arrendatários? E qual é, ou quais são, os mecanismos de ponderação que garantem, de forma inequívoca, que este processo decorre de forma justa e equitativa, e garante o cumprimento do direito de todos ao acesso a uma habitação condigna?

Não fica clara a forma de tratamento desta questão. Assim como não fica clara nesta proposta da Câmara Municipal qual é a repartição de encargos de todo este ambicioso processo entre o Estado – Programa 1º Direito essencialmente, mas também outros, e o Município.

Sabemos que são considerados, ainda que em termos indicativos, investimentos nas diferentes medidas previstas, na ordem dos 171 milhões de euros nos dez anos considerados. Não sabemos qual é a parte que caberá ao Estado; não sabemos qual é a parte que caberá ao Município. Como não sabemos se o financiamento será concretizado no montante total do investimento previsto, ou serão aplicadas as conhecidas “despesas elegíveis”, deixando de fora uma parcela desse investimento. Como não sabemos, também, se a parte de investimento que caberá ao município afetará ou não a capacidade de endividamento global do município.

Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais

Para concluir a nossa apreciação sobre esta proposta, entendemos que há um aspeto positivo que deve ser relevado. Esta possibilidade aberta pela nova geração de políticas nacionais de habitação – que em boa verdade não será uma “nova geração”, será com mais rigor e propriedade a “primeira geração” dessas políticas – dos municípios acederem a candidaturas para financiamento pelo Estado de programas de habitação. Isto é positivo, fazia falta, e há longo tempo devia ter sido criado pelo Governo da República.

Compreendemos que se abre uma oportunidade de candidatura do Município de Almada a esses programas. O nosso voto tem em conta, por essa razão, não o facto de nos revermos na forma e conteúdo da proposta que nos é presente – porque não nos revemos! – mas no facto de entendermos que o documento é indispensável para não inviabilizar a candidatura do Município de Almada a recursos destinados à melhoria das condições de habitação das populações do concelho, e por isso iremos abster-nos não obstante as fragilidades que apontamos a todo este processo.”

7.1.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Sabemos hoje que temos cerca de oito mil pessoas em Almada com carências habitacionais. Mas sabemos mais, sabemos que o mercado está e continua em ebulição e sabemos que em Almada, já há algum tempo se vão sentindo com intensidade os ventos que nos chegam de Lisboa. Os valores quer no mercado do arrendamento, quer no de compra e venda de habitação, crescem em Almada, a um ritmo superior ao de quase toda a Área Metropolitana de Lisboa. Se nada for feito a montante do problema para alterar esta evolução, de muito pouco nos valerão quaisquer esforços que aqui façamos. No fundo, aquilo a que iremos continuar a assistir é, a meu ver, a um somar de crises à crise habitacional já existente. O famigerado regime de arrendamento urbano, a chamada Lei Cristas, continua em vigor, alimentando a ganância dos grandes fundos imobiliários. Um pouco por todo o Concelho de Almada, vamos registando situações várias, de assédio aos inquilinos de casas arrendadas. Ora são os valores das rendas que disparam para valores inoportáveis, ora são os inquilinos, normalmente de idade já avançada, que são “convidados” a sair, pois o senhorio sonha com uma previsível, rápida rentabilização do imóvel que possui. Assistimos ao crescimento desenfreado e desregulado dos alojamentos locais, com todas as consequências que daí resultam. E também a banca, cumpre aqui um papel que importa não menosprezar. Desde 2013, altura em que foram atingidos mínimos históricos, temos vindo a assistir ao aumento dos valores das avaliações dos imóveis, sendo que em Almada, esse aumento se situa muito próximo dos 50%, fixando-se de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas relativos ao 3º trimestre de 2018,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

nos 1.275.00€ (mil duzentos e setenta e cinco euros) por metro quadrado, estando a média nacional nos 984.00€ (novecentos e oitenta e quatro euros) por metro quadrado.

É também em Almada que se regista o 6º valor mais elevado do país no que diz respeito às rendas, ficando o nosso Concelho apenas atrás de Lisboa, Porto, Cascais, Oeiras e Amadora. Em 21 de dezembro de 2017, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda do qual eu fazia parte, fez uma declaração política sobre a habitação na Reunião da Assembleia Municipal, e essa declaração terminava assim: “Nós temos que resolver estas situações, e aquilo que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o desafio que lança nesta Assembleia Municipal a todas e a todos, é que partir de janeiro ou fevereiro de 2018, uma vez formadas as Comissões Especializadas, passemos à criação de um Grupo de Trabalho específico para enfrentar este problema. Um compromisso de toda a Assembleia Municipal, de todos os Autarcas e que passemos de facto, à ação para resolvermos a situação da vida destas pessoas”. Nada aconteceu. A política tem destas coisas e sabemos bem que nem tudo o que aqui dizemos encontra depois eco nas ações futuras. Mas a verdade, é que temos hoje um diagnóstico, incompleto, é certo, da realidade habitacional do Concelho de Almada. Este diagnóstico poderá ser se assim o entendermos, um instrumento muito útil. Temos também um Plano de Ação, uma Estratégia Local de Habitação, acompanhada de um Regulamento Municipal para atribuição de habitação social. Nenhuma Estratégia para a habitação pode ignorar a realidade concreta do território e das pessoas às quais é destinada. De igual forma, não pode ignorar as condicionantes que já aqui mencionei, podendo ser encarada como um ponto de partida para a discussão e reflexão que precisamos de fazer, não é a meu ver, esta Estratégia que aqui discutimos, o instrumento ideal para o momento que vivemos em Almada, e para quem aqui escolheu ou escolherá no futuro viver. Resulta de uma visão pouco participada e carece de dados concretos, de soluções concretas e imediatas para os casos mais presentes que temos em mão e que já foram aqui muito bem referidos pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama do PAN. Precisamos de soluções, sim.

O meu voto não pode, por isso, ser outro que não contra esta proposta que estamos a discutir. Mas, que não seja encarado como uma oposição pura e dura, e sim como um sinal de que no futuro será possível fazer melhor, envolvendo mais gente com perspetivas diferentes entre si. Aqui é a dialética que produz a síntese e não o contrário.

Algumas questões finais. Eu fui eleito para esta Assembleia Municipal, de acordo com um programa e não posso deixar de me espantar com uma posição que tem vindo a ser defendida pelo Bloco de Esquerda e que nunca foi defendida nem aqui, nem em lado nenhum. A posição de mais construção é um erro, e já foi um erro no passado e é um erro que não podemos repetir no futuro. A existir mais construção, e ainda bem que o Executivo aponta para solução última a existência de mais habitação, teria que ser em condições muito especiais e que também já aqui foram referidas pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama. No programa do Bloco de Esquerda, vem escrito que: “Apostamos na reabilitação e na intervenção pública, com apoios aos jovens e ao arrendamento, a criação de uma bolsa municipal de casas deve servir tanto as famílias mais carenciadas como nos casos em que o mercado imobiliário falha na oferta de casas dignas a preços acessíveis. Como medidas para a habitação, o Bloco de Esquerda propunha baixar o IMI, ou propõe, programa de renda acessível, novo impulso à reabilitação urbana” e isto sim, sempre foi uma bandeira do Bloco de Esquerda, “realojar quem precisa e melhorar a habitação municipal”. Foi com este programa que eu fui eleito e é este programa que eu me sujeito.”

7.1.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Nós estamos aqui hoje a debater e a apreciar esta proposta que a Câmara Municipal aqui nos traz, de uma Estratégia Local, feita também com base num levantamento que foi feito daquilo que é o Parque Habitacional da Câmara Municipal. E, portanto, acho que podemos todos dizer e afirmar que estamos hoje a viver um momento histórico. Estamos a viver um momento histórico, porque, pela primeira vez, a Câmara Municipal tem um levantamento do seu Parque Habitacional, das condições do seu Parque Habitacional, feito de forma séria, com critérios científicos, e é um documento público para toda a gente. E, portanto, estamos efetivamente, a viver nesta Assembleia Municipal, um momento histórico para o Concelho de Almada. É também um momento histórico, porque pela primeira vez, no Concelho de Almada, estamos a debater uma estratégia de habitação



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

para o Município. E podem pôr os defeitos que entenderem, eu ouvi com muita atenção, e como faço sempre nesta Assembleia Municipal, a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldês. E, a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldês da CDU, basicamente divide-se em três partes. Há uma parte que faz uma apreciação sobre aquilo que são as políticas nacionais, referentes à habitação, com bastantes críticas, com algumas ideias, e eu, aquilo que tenho a dizer ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês, é que em outubro irão haver eleições legislativas, acho que poderá dentro da Coligação que representa, fazer algum tipo de caminho para que passe a ser representante desse mesmo Partido na Assembleia da República, porque claramente, mais de metade do seu discurso, foi para falar de questões que não são de Almada e não é por acaso, não é por acaso.

A segunda parte, foi para dizer que todo o processo da elaboração desta Estratégia foi um processo mal feito. E foi um processo mal feito, porque a CDU entende, que deveria ter sido um processo que tinha de ouvir mais pessoas, mais associações, tinha de falar com mais gente, que era essa a opinião da CDU. Senhor Deputado Municipal João Geraldês, tiveram quarenta anos para ouvir todas essas associações e para fazer uma Estratégia Municipal de Habitação. Não o fizeram porque não o quiseram. Criticar o trabalho que é feito por outros, o trabalho sério que é feito por outros e num tempo quase record, é desonesto da sua parte. Porque aquilo que é a opinião da CDU, tem obviamente de ser respeitada e eu respeito, mas é uma posição efetivamente desonesta, porque os Senhores estiveram mais de quarenta anos no poder e tiveram mais de quarenta anos para fazer todo este procedimento de acordo com aquilo que é a vossa opinião, que é o vosso programa, que são os vossos valores, que é aquilo que entendem que deve ser, e não o fizeram. E, portanto, se não o fizeram, é porque não quiseram fazê-lo, e tentar impor esses critérios ao atual Executivo, peço desculpa, não encontro outro adjetivo, é desonesto da vossa parte. É desonesto da vossa parte.

Em terceiro lugar, o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, fez aqui uma apreciação da Estratégia, que eu sei que isto está a ser transmitido em *streaming*, estão aqui muitas pessoas a ouvir, mas não é porque as coisas são ditas que passam a ser verdades. E muitas delas não são verdades e não espelham de todo aquilo que é esta Estratégia. Eu sei que o Senhor Deputado Municipal da CDU, João Geraldês, em especial, como todos os outros Deputados Municipais, têm o cuidado de ler atentamente todos os documentos que vêm a esta Assembleia Municipal. Portanto, diga-me o Senhor Deputado Municipal, que adjetivo é que se utiliza, quando o Senhor Deputado Municipal lê uma coisa e no palanque à frente de toda a gente, diz outra totalmente contrária. Isto não faz sentido absolutamente nenhum. Mas, o que aqui estamos efetivamente a apreciar e peço alguma consideração por este à parte, mas o que nós estamos aqui a apreciar é uma estratégia, é uma Estratégia Local, feita pela Câmara Municipal, pelos seus serviços, por técnicos externos contratados e que são especialistas nesta matéria, para fazer efetivamente o apoio dos serviços, foi um documento que foi levado ao Conselho Local da Ação Social, que melhor do que ninguém, e se vamos ter respeito pelo Movimento Associativo e pelas Instituições do Concelho, então temos que ser sérios, melhor do que ninguém conhece os problemas e as necessidades habitacionais do território. Foram envolvidas as Juntas de Freguesia que melhor do que ninguém, são os eleitos de proximidade e que melhor conhecem o território e, portanto, toda esta Estratégia que aqui está foi feita com base nisto. O Programa 1º Direito, é efetivamente um programa e uma oportunidade que os Municípios têm, os Municípios e não só, os Municípios, Associações de Moradores, particulares têm de obter financiamento para a habitação. Seja reabilitação, seja aluguer, seja construção, é um programa muito completo, é um programa que permite várias soluções consoante aquilo que são os meios existentes e quem estiver disponível para fazer a outra parte desse financiamento. O que a Câmara Municipal aqui hoje apresenta, é uma Estratégia que não tem só em consideração aquilo que é o financiamento que se quer ir obter com este Programa 1º Direito. Mas este é um passo importante. Porque é o passo que demonstra, a vontade política deste Executivo, de começar a resolver um problema que Almada tem há muitos anos e que todos nós aqui presentes, todas as bancadas, assim o assumem. E este Executivo está a fazer o seu caminho. Como o Bloco de Esquerda e como o eleito Independente que foi eleito com o programa do Bloco de Esquerda, como a CDU, como o PAN, como todos os partidos. Todos nós entendemos e o Partido Socialista entende, e já por isso criou os programas que criou a nível nacional, entende que a habitação é um problema cada vez mais premente, e é uma prioridade para o bem-estar social do nosso país. E é isso que nós estamos a fazer. Mas, esta Estratégia tem também elencadas outras medidas, outras medidas que até já aqui foram faladas, medidas de apoio temporário



para famílias que se vejam por momentos com uma taxa de esforço dos custos mensais com a habitação, que seja superior a 30%. E esta medida está aqui elencada. E é uma preocupação que este Executivo tem e que todos nós temos e que já aqui foi referido. Esta entre outras muitas. O que é importante, e de facto, a posição da CDU até tem coerência, o que é necessário é aprovar a Estratégia para ter a possibilidade de aceder ao financiamento. E isto é mais importante. Mas não vamos subvalorizar aquilo que é a seriedade e a riqueza deste documento. Nem o facto de ser efetivamente um momento histórico para o Município. É a primeira vez que este Município, olhou de forma séria, estruturada e tornou pública aquilo que é a sua estratégia e aquilo que é o ponto de situação atual do Parque Habitacional da Câmara Municipal.”

7.1.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A discussão que hoje levamos a cabo é de extraordinária importância para todos os munícipes, sejam os que têm carências habitacionais, sejam os que não as têm, porque a habitação condigna para todos é uma matéria que a todos diz respeito.

Dos documentos que nos foram disponibilizados percebe-se que ainda há muito trabalho a fazer para ter um nível de informação suficiente que permita afinar a estratégia e priorizar adequadamente as intervenções. E estranhamos, mas sobretudo lamentamos, que este trabalho tenha tido de começar do zero. Lamentamos, e não compreendemos, que não haja na Câmara Municipal de Almada, um registo completo e exaustivo, pelo menos do parque habitacional que é propriedade da própria Câmara e nem dos seus inquilinos. Que não haja um acompanhamento efetivo do estado de conservação dos edifícios, que não tenha havido ao longo dos anos as intervenções de conservação que se impunham, que haja tantas situações já identificadas em que há anos que os ocupantes dos fogos não correspondem aos titulares dos contratos.

E lamentamos, porque esta inércia e irresponsabilidade significa que há famílias em habitação social que estarão pouco melhor, ou mesmo nada melhor, que outras que ainda vivem em barracas. Porque a falta de fiscalização pode permitir que haja fogos atribuídos a quem deles não tem verdadeira necessidade, deixando sem casa aqueles que de facto precisam. Porque há fogos que foram simplesmente ocupados, que podem estar a ser utilizados para fins ilegítimos ou até ilegais. E porque intervir tarde vai ter mais custos, financeiros e sociais, do que se a situação tivesse sido sempre devidamente acompanhada.

Ouvimos a CDU argumentar que a habitação é matéria da responsabilidade do Estado. E que o Estado não fez o que devia ao longo das últimas décadas. Reconhecemos a responsabilidade e as omissões do Estado, mas não foi com esse mesmo Estado, com as mesmas políticas, com os mesmos programas, que tantos outros municípios resolveram os problemas de habitação de forma tão mais satisfatória? Como se explica que as barracas que vimos desaparecer em vários outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa tenham crescido em Almada? Não há como iludir a responsabilidade dos sucessivos executivos CDU na situação que hoje se vive. E não nos esqueçamos que os Executivos da CDU deixaram quase 30% do PER por cumprir. Mesmo quando o Estado cumpriu, o Município falhou!

O levantamento efetuado e cujo relatório foi disponibilizado a esta Assembleia Municipal, mesmo se incompleto, revela aquilo que todos nós sabemos, porque o podemos observar: que há muitas, demasiadas, famílias a viver em habitações precárias e sem condições de saúde e de dignidade. Mas revela também que a habitação social propriedade do município está ainda mais degradada do que se consegue ver a olho nu. Como se pode aceitar que haja tantas casas que, pelo estado de degradação a que chegaram, já pouco se diferenciam de bairros de barracas, com problemas de saneamento básico, de isolamento térmico, de funcionamento de equipamentos essenciais, tantos outros problemas que aqui hoje já foram referidos? Quase 20% necessitam de obras muito urgentes e urgentes. É a própria habitação municipal que está em estado indigno. Mas em democracia há sempre soluções, designadamente afastar do poder executivo quem não cuidou de quem devia e como devia.

Importa reconhecer responsabilidades do passado para que as mesmas não ocorram daqui para a frente, mas aquilo que importa mais que tudo é assegurar que o futuro vai ser diferente. Tanto mais que sabemos que hoje



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

os desafios que se colocam ao nível da habitação são crescentes. Décadas de políticas de congelamento de rendas degradaram os parques habitacionais das grandes cidades e quase extinguiram o mercado de arrendamento, dando origem ao crescimento de múltiplos subúrbios, com os problemas de ordenamento do território que acarretam, incluindo a sobrecarga das infraestruturas de transportes. A reforma do arrendamento urbano de 2012, que hoje aqui foi referida como Lei Cristas, para que saibamos exatamente do que estamos a falar, tem sido infelizmente posta em causa e o dinamismo nascente do mercado de arrendamento ameaça de novo colapsar. A isto juntou-se a pressão do turismo e as formas de uso da propriedade que oferecem aos proprietários melhor rentabilidade e menores riscos, até legislativos, que o arrendamento para habitação. A procura excede a oferta e os preços aumentam. Importa conseguir encontrar equilíbrios que não defraudem as expectativas de quem investiu em imobiliário para dar rentabilidade às suas poupanças (porque não são só fundos imobiliários e investidores estrangeiros que estão neste mercado, importa lembrar. Importa lembrar que investir em imóveis para arrendamento, é de há muito anos, uma forma tradicional de aplicação de poupanças de muitos portugueses trabalhadores. Muitos portugueses trabalhadores, que depois não conseguem ver rentabilizadas as suas poupanças, por sucessivas políticas de congelamento de rendas, transferindo para aqueles que pouparam e são proprietários, responsabilidades que cabem ao Estado e à Segurança Social). Mas importa ao mesmo tempo que aqueles equilíbrios que venham a ser alcançados, permitam às famílias encontrar habitação condigna na modalidade que preferam, seja compra ou arrendamento. Os dados que também nos foram apresentados nos documentos que estamos a discutir, revelam a crescente dificuldade da classe média em encontrar uma resposta no mercado de arrendamento.

Uma estratégia para a habitação desenhada hoje tem de ter em conta a pesada herança do passado, como também os desafios do presente e do futuro. A Estratégia Local de Habitação para o Concelho de Almada, parece-nos ambiciosa face à dimensão da tarefa, mas ainda insuficientemente definida em vários pontos, como aliás, foi aqui assumido pelo próprio Executivo. E surgem-nos de imediato várias questões. Por onde se vai começar? A que intervenções, em concreto, será dada prioridade? Esta Estratégia Local de Habitação, contém os elementos de informação necessários à efetiva possibilidade de acesso aos programas de apoio criados pelo Estado? A definição de prioridades depende da resposta do Estado, designadamente quanto será possível obter de financiamento no âmbito de cada um dos programas existentes? A Câmara Municipal tem capacidade, em termos financeiros e de recursos humanos, para ter em curso várias intervenções em simultâneo, se as candidaturas aos programas forem bem-sucedidas? Quais os prazos expectáveis para apresentação de candidaturas e respetivas respostas? Estão a ser ponderadas outras fontes de financiamento, como por exemplo, o recurso ao Banco Europeu de Investimento? Podemos esperar que as intervenções comecem ainda durante este mandato autárquico? Que objetivos, quantificados, existem? Isto é, quantas famílias realojadas, quantos prédios de habitação social reabilitados, quantos fogos ilegalmente ocupados serão recuperados, só para dar alguns exemplos, e em que prazo? Quando é que isto vai acontecer?

O Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente a Estratégia Local de habitação que nos é proposta, e saudamos o facto de finalmente se ter iniciado o trabalho fundamental de atacar de frente os problemas de habitação do Concelho. Até porque, a Estratégia é fundamental, mesmo que não fosse exigida para aceder a financiamento. Basta olhar para o Concelho de Almada para perceber que esta Estratégia já devia existir há muito. Queremos, no entanto, ver respondidas estas questões e obter da parte da Câmara Municipal um compromisso, calendarizado, para a apresentação a esta Assembleia Municipal, de uma versão mais detalhada ou menos indicativa, da Estratégia, para que nos seja possível acompanhar adequadamente a sua implementação. Só com a resposta a estas questões, com o detalhe e a calendarização, poderão os Deputados/as Municipais eleitos, fazer o seu trabalho que é o de fiscalizar adequadamente aquilo que é o trabalho do Executivo nesta matéria.”

7.1.3.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O tão desejado Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação, tal como uma estratégia verdadeiramente delineada e planeada, chega finalmente a este município. Os anos de atraso que o Concelho



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/1

leva para dar o passo em frente na reabilitação urbana e na resolução dos problemas de procura de habitação e realojamento, parece ter desta vez, um fim à vista tendo em consideração os documentos hoje aqui para apreciação. Almada precisa de uma verdadeira estratégia no que toca a habitação e ainda mais no que respeita à habitação social, estratégia essa, que vai definir as futuras linhas de atuação relativamente ao Parque Habitacional do Concelho. Qualquer município deve ter uma política forte na área da habitação e do ordenamento do território, com a finalidade de criar espaços onde a comunidade possa interagir de forma sociável, usufruindo de uma qualidade de vida estável e integradora. A melhoria da coesão social e territorial, o aumento da competitividade, o aumento das ofertas no lazer, na cultura, os acessos aos serviços entre muitos outros, só se consegue concretizar se existir um plano integrado para a sustentabilidade habitacional, que consiga fixar e atrair pessoas tornando as cidades com vida e cosmopolitas.

No que respeita ao Concelho de Almada, o CDS-PP não cairá no facilitismo de dizer que em quarenta anos nada foi definido em termos de habitação, que nada foi concretizado ou que nada foi útil e benéfico para as populações. Aquilo que o CDS-PP mais chama a atenção, mais uma vez, é que comparativamente a outros municípios com características muito semelhantes, poder-se-ia ter ido muito mais longe do que se fez até aqui. Se foi construída habitação municipal, e bem, passados todos estes anos, as queixas centram-se essencialmente, há falta de manutenção e na falta de reabilitação, causando descontentamento e desespero nas pessoas.

A não conclusão do PER, bem ao contrário de outros concelhos, tal como a beneplácito de deixar construir mais barracas em Almada, como é o caso das Terras da Costa, mesmo à entrada da Costa da Caparica, que envergonha qualquer almadense, tal como o cenário traçado pelo IHRU, é o mau legado deixado pelo executivo da CDU, que falhou redondamente nas questões ligadas à habitação.

Chegados aqui, e com uma herança pesadíssima para o município, é hora de olhar em frente, deixar o passado bem lá atrás, e definir estratégias que possam colmatar e reverter o flagelo da habitação em Almada. Para tal, as políticas de habitação local devem complementar as políticas nacionais, e mesmo intermunicipais, as políticas de gestão do espaço público, as políticas de emprego, as políticas de desenvolvimento económico, as políticas culturais e de lazer, e muito importante as políticas de saúde, de segurança e de transportes, mobilidade e acessos, estes últimos, como padrão de definição, por norma, da fixação de pessoas num determinado concelho.

A proposta da Câmara Municipal aqui apresentada numa primeira linha, visa adequar as necessidades recolhidas num amplo estudo e diagnóstico das famílias em situação habitacional precária do parque habitacional disponível no Concelho.

Senhor Presidente em exercício, Senhora Vereadora com a pasta da habitação: o caminho a percorrer é longo e requer muita astúcia e muito rigor, derivado das prioridades serem muitas e os recursos como sabemos, serem escassos. Estamos certos, que um modelo de acesso à habitação por intermédio de um Regulamento devidamente adaptado ao seu fim, torna o processo muito mais justo, transparente e sem atropelos à lei.

Os critérios de acesso e os procedimentos necessários para a atribuição de habitação, parece-nos da mais elementar necessidade ao ponto de o Regulamento em questão ser parte insubstituível do todo o processo de realojamento municipal, pois está em causa a justiça e o tratamento adequado a cada caso.

Já no que respeita ao Relatório Final do Levantamento do Parque de Habitação Social de Almada, importante reforce, o cenário é aquele que está à vista de todos. Um levantamento que espelha bem a dificuldade de apuramento preciso e concreto de todas as realidades, visto o processo ser de complexidade acima da média, e por vezes pouco colaborativo.

Em relação ao conjunto de medidas propostas pela Câmara Municipal, através da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Almada, o CDS-PP vê com agrado a intenção da transformação do problema em resolução adaptada a cada necessidade. Sabendo-se que muito há por concretizar, Senhora Vereadora, não deve perder a oportunidade de dar uma transformação profunda no Concelho de Almada e na vida de muitas famílias almadenses.

A proposta e intenção de resolver os problemas habitacionais em Almada, nomeadamente, a habitação social e habitação apoiada é sem dúvida, das propostas mais arrojadas com maior prioridade, neste caso nos últimos 20



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

anos no Concelho, razão pela qual, o CDS solicita a Vossa Excelência que não perca esta oportunidade para transformar profundamente o Concelho atribuindo ao mesmo tempos mais dignidade às pessoas.

Do ponto de vista prático, as onze medidas apresentadas abarcam as diversas sensibilidades em questão, apontando-se saídas para a sua resolução. Parece-nos benéfico e facilitador do processo, a indicação das ações a concretizar, os territórios de intervenção, as fontes de financiamento, tal como as entidades executoras dos planos e dos projetos e a estimativa de custos por cada medida.

Nessas medidas o CDS realça as intervenções na reabilitação de habitações municipais, a reabilitação de habitações de interesse social ou mesmo de outros edifícios degradados noutras habitações, onde frisamos, e muito importante, as diversas AUGC, espalhadas pelo Concelho ou mesmo os seus centros históricos.

O programa de alojamento e apoio as famílias em situação de sem abrigo, de modo a conduzir à sua reintegração social e comunitária, os benefícios tributários através do reembolso de 0,5% da taxa de participação do IRS, aqui também uma novidade em Almada, e esperemos que nesta matéria, o executivo possa dentro do princípio da responsabilidade e dos factos de tesouraria em questão, aos poucos ir mais longe, tal como o programa de arrendamento intergeracional, programa esse, que acolhe por parte do CDS, uma esperança redobrada na intenção de aproximar gerações, contribuindo para uma sociedade mais integradora e dependente, no bom sentido da palavra, de laços de convívio comunitário, aproveitando as bolsas de renda mais atrativas.

Na questão dos jovens, Senhora Vereadora, é necessário pensar-se em paralelo a esta medida, que é boa, aquilo que temos vindo a conversar, a residência universitária, que embora não fazendo parte deste plano de rendas apoiadas, é fundamental para atrair os estudantes dos estabelecimentos de ensino superior que o Concelho oferece aos alunos.

Sabemos que este plano e estas medidas sozinhas e avulsas, sem a colaboração e o apoio das várias entidades interessadas no processo, que vão desde os próprios visados, a Câmara Municipal, os demais órgãos da autarquia, o Estado com os seus programas de apoio com a importância redobrada do 1º Direito ou o Porta 65 ou mesmo o Programa Porta de Entrada, as Comissões de Moradores, e demais parceiros públicos e privados, que possam agregar esforços para mudar a imagem do Parque Habitacional em Almada, serão de implementação condicionada ou mesmo de não concretização caso não venham a agregar esforços.

Almada, através do novo executivo e com a concordância das forças políticas que derem o seu aval para que se inicie este arrojado e esperado processo, tem aqui um ponto de partida para dar continuidade à resolução dos problemas que afetam muitos almadenses com as questões que têm a ver com a habitação.

Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores/as, Senhores/as Deputados/as Municipais, que se agarre de vez esta oportunidade.”

7.1.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Dar aqui uma pequena nota. A Senhora Presidente da Câmara Municipal parece que não está, mas está ao serviço do Município, penso que também na bancada da CDU, falta a Senhora Vereadora Amélia Pardal, que provavelmente por algum motivo de força maior, também não está presente.

A primeira questão que gostava de colocar sobre esta questão da habitação, nós Presidentes de Junta, provavelmente somos aqueles que mais sofremos diariamente com os pedidos que nos chegam pelas pessoas que têm falta de habitação, falta de habitação condigna, pessoas que vivem em barracas, pessoas que vivem em espaços bastante degradados, alguns sem portas, sem janelas, e naturalmente isto é um assunto que é o 1º Direito, é um assunto que deve ser debatido e para nós é muito importante, e para mim como Presidente de Junta, pela necessidade por exemplo, na Freguesia de Charneca de Caparica Sobreda, nós procuramos todos os dias, com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e com os serviços do Município, procurar encontrar soluções para muitos munícipes e para parte da população que não tem habitação condigna e precisa encontrar uma solução. E isto é importante, é importante nós termos uma estratégia definida no Concelho, o que nunca tivemos e é preciso dar nota de uma questão. A CDU vem aqui com um discurso um pouco daqueles já tradicionais,



procurar reescrever a história. A questão fundamental disto é que a CDU esteve quarenta e um anos para ter uma política de habitação em Almada e nunca teve. Nunca teve. Portanto, não conseguiu responder aquilo que eram as necessidades da população, e ao fim de quarenta e um anos, na Área Metropolitana de Lisboa, somos aquela que estamos no topo do ranking de procura de habitação social. Isso só acontece porque o PER não foi cumprido nos anos 90, somos o Concelho com maior desinvestimento em habitação social a partir dos anos 90, sabemos bem porquê, sabemos bem porquê, porque a partir dos anos 90 se desinvestiu muito em habitação social, percebemos perfeitamente qual era o ponto da situação. E é necessário neste momento, reconstruir a partir, não sei se é do zero, se é do menos um, ou menos dois, uma política de habitação e não se constrói uma política de habitação em seis meses ou um ano ou dois anos, isso demora tempo, é preciso encontrar soluções, é preciso encontrar financiamento, perceber para onde é que vamos. Portanto, naturalmente, quero dar aqui os parabéns ao Município, por procurar trazer para o debate esta questão da habitação social.

Depois podemos fazer aqui uma retrospectiva sobre o atual estado da habitação social em Almada. Tenho acompanhado isto de perto porque é um assunto que me diz respeito como disse há pouco, diariamente, e que não conseguimos ter um levantamento do estado das habitações em Almada. Não conseguimos ter o levantamento dos beneficiários, sei que houve uma empresa privada, tive a oportunidade de ter uma conversa com uma das pessoas, que havia beneficiários dos anos noventa, que não era o beneficiário atual, era o terceiro, ou quarto ou o quinto beneficiário, que estava a ocupar a casa, e a Câmara Municipal de Almada, durante dez, vinte, trinta anos, nunca resolveu este problema. Portanto, quando lá chegamos, “Olhe o Senhor é o Zé Maria? “Não, não, eu sou o António Manuel”, já era o trigésimo ou vigésimo que lá estava. Portanto, nunca houve um levantamento daquilo que era o beneficiário da habitação social, até havia alguns que pagavam quinhentos euros por mês, não se sabe a quem, talvez a um dos intermediários. Portanto, este era o estado que nós tínhamos em Almada de habitação social e que é muito preocupante. Porque nós temos milhares de pessoas a necessitarem verdadeiramente de habitação social, e a Câmara Municipal de Almada, o anterior Executivo, por desleixo, por incapacidade, por uma questão de conveniência, já sabemos, porque não queria grandes problemas, porque mais votinho aqui, votinho acolá, sempre valia uns votitos. Portanto, isto era mais ou menos uma coisa que ia andando, ia se arrastando. Naturalmente este Executivo e bem, procurou impor alguma justiça e impor algum rigor a estas respostas, procurar quem era o verdadeiro beneficiário, se não era tinha que sair, e naturalmente colocar as habitações sociais, ao serviço daqueles que são verdadeiramente ou que devem ser verdadeiramente os beneficiários dessa habitação social.

Depois a degradação do Parque habitacional. Como é que é possível, vir-se fazer aqui grandes discursos sobre a defesa do povo e da população, eu desafio os nossos fregueses, os nossos munícipes, a passarem um dia se me quiserem acompanhar, pelo Parque Habitacional da Câmara Municipal, e virmos de lá todos deprimidos, teremos que ir para um psiquiatra. Isto é de bradar os céus, isto parece impossível. Está ali o antigo Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, que tinha o Parque Habitacional, maior incompetência do que esta é impossível. É impossível, isto é uma coisa ridícula. Isto é uma coisa que não é possível. Estamos a falar de no século XXI, com as estruturas do Estado, isto é impossível. Não é normal, acho eu, em nenhuma Câmara Municipal isto acontecer.

Depois dar nota, que éramos o único Município na Área Metropolitana de Lisboa, que não tinha regulamento de atribuição das habitações sociais. Todos percebem porquê. Isto era mais um dos casos daqueles que é mais uns votitos.

Portanto quero dar os parabéns à Câmara Municipal, por trazer este debate importantíssimo para a Ordem do Dia e tudo o que é aqui levantado e questões que são pertinentes, é preciso continuar a apostar, a trabalhar, tenho a certeza que nos próximos anos vamos resolver este problema.”

7.1.4 – Usaram ainda da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e o Senhor Vice-presidente da Câmara João Couvaneiro.

7.1.4.1 – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu pedi para usar da palavra, mas naturalmente vou depois pedir à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira que responda ao essencial das questões que aqui foram colocadas.

Mas, para dizer que diz o povo e bem, “Mais vale quem faz, do que quem pode”. E o slogan com que curiosamente nos candidatamos foi “Almada Pode”, e foi “Almada Pode”, porque sentíamos que havia um potencial por realizar neste território. Portanto, havia muita coisa por fazer. Nós temos uma população que vive hoje, em condições que são indiscreíveis, e não podemos chutar para cima, atribuir o Poder Político Central, a resolução de problemas que estão à nossa porta. E por isso, naturalmente, tendo havido como aqui foi dito, um conjunto de medidas e de políticas, que noutros Municípios permitiram resolver problemas, é hoje Almada ainda um Concelho, que se deve envergonhar por não ter resolvido estes problemas. Não podemos ficar confortáveis, com aquilo que são as condições de absoluto desrespeito pelos direitos humanos, que é a realidade que se vive em territórios como o 2º Torrão ou como as Terras da Costa. Coisas que devem envergonhar-nos a todos. E é por isso, que nós, em determinada altura, no final de 2017 dizíamos: “Almada Pode”, Almada podia ser melhor. E esta Estratégia que aqui trazemos, pode também ela ser melhor, mas eu quero dizer que ela é uma estratégia, ela aponta uma visão, não é ainda um plano. Esse plano, como dirá a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, será apresentado aquando da candidatura e é um plano que se vai definir.

Eu quero dizer também que, naturalmente, as críticas que aqui foram feitas, de uma forma que considero um bocadinho injusta, pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, eu esperava que elas surgissem porque não estava de facto, à espera de uma declaração de amor, estava à espera de facto, de críticas deste tipo, mas quero dizer-lhe que, mais vale quem faz, do que quem pode.

Depois como surgiram aqui algumas das questões e foram apontadas e agradeço todas as questões, eu quero dizer naturalmente, e antes de passar a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que o caso que foi apontado pelo PAN, naturalmente, quando nós pensamos em espaço urbano, pensamos sempre na forma de humanizar o espaço e por isso, qualquer plano de reabilitação, tem que ser sempre acompanhado por um plano de revitalização. Isto é uma condição essencial como pedido de política de desenvolvimento do território.

Depois, de gostaria também de dar nota, até porque as questões que aqui foram colocadas, falaram da metodologia, falaram do facto de ser uma proposta frágil, a equipa que elaborou esta Estratégia, é só a melhor equipa a nível nacional na definição destas Estratégias. E de facto, há algumas lacunas nas respostas, porque como sabemos quando se bate à porta de alguns destes bairros, nem sempre a porta é aberta, nem sempre é possível verificar as condições que existem. Mas, o trabalho no essencial e naquilo que mais importa, está feito. Parte deste caminho está aqui já lançado.

Relativamente à consulta a uma série de entidades que aqui foi referida, quer pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, quer também pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, eu gostaria de dar nota que, foram naturalmente ouvidas as entidades que estão representadas no CLASA, porque é o órgão que deve ser ouvido na elaboração de uma Estratégia deste tipo. E o CLASA, é um órgão representativo para este tipo de questões.

Portanto, a Assembleia Municipal é consultada agora, e será depois quando estiver definido também a Estratégia. Só para dizer que, foi também constituído como sabemos, a pedido do Bloco de Esquerda, um grupo de trabalho, e o Senhor estava na sala quando esta situação foi votada e a trapalhada que foi feita pela CDU relativamente a este grupo de trabalho. Portanto, aquilo que nós verificamos foi, uma atitude que eu diria que no mínimo é desleal, quando procuramos concertar posições, procuramos encontrar a melhor forma de consensualizar o trabalho conjunto, mas foi de facto, depois de mais de uma hora de tentativa de concertação de posição, foi a CDU que decidiu se colocar de fora desse entendimento, votando contra o entendimento que procuramos construir.

Por isso, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir, eu gostaria de passar a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira para responder no essencial a estas questões que foram também colocadas.”

7.1.4.2 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:



Tentarei, não direi responder pergunta a pergunta, mas de uma forma selecionar aquilo que me pareceu mais importante relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama do PAN.

Dizer-lhe que, muitas das questões que aqui abordou, a questão do habitat, a questão de guetos, está fora das nossas opções a construção de guetos, aliás, a construção será eventualmente necessária, mas será a nossa última opção, nunca na modalidade que vulgo conhecemos por “gueto”. A dinamização das comunidades e nomeadamente, a comunidade cigana que aludiu, está já prevista no projeto piloto que foi agora entregue no âmbito do PLICC – Plano Local de Integração da Comunidade Cigana, e é um Plano que todo virado para o “nós” e o “eles”, como diz o próprio Plano e, portanto, será tendo em conta que nestes bairros, vive uma grande parte da comunidade cigana, será a eles dirigida, no sentido de facilitar este diálogo com outras comunidades que vivem nas mesmas zonas, essa é uma coisa que já está a ser equacionada no projeto piloto que foi aprovado a semana passada.

A construção não é a nossa primeira, nem segunda, nem terceira opção, a reabilitação sim, será a nossa primeira opção, seja de fogos municipais, seja de outro património que possa ser reabilitado e posto ao serviço, quer de realojamento, quer de renda acessível. E, portanto, dizer-lhe que de um modo geral registei as suas preocupações, mas que elas estarão contempladas quando as opções concretas forem feitas.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, não tenho muito a dizer-lhe. Dizer-lhe que aquilo que disse, disse que a Estratégia não o tranquiliza, percebo. A Estratégia é como o próprio nome indica é uma Estratégia, e a concretização das opções poderá depois ou não, concretiza-lo, portanto, admito que sim, há sempre margem para a dúvida metódica numa estratégia. E, portanto, perfilho consigo, percebo a sua afirmação e cá estaremos para discutir quando as opções concretas forem feitas.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês. Deixe-me só lhe dizer o seguinte: colocar-me aqui, questões de critério, é uma coisa que me deixa um bocado espantada. Que critério? Que critério? Político? Qual era agora, político? Que critério, perguntou, mas perguntou num quadro claro, político não sei porquê. Pergunto que critério para quando se for fazer a avaliação das pessoas que estão alojadas ou não. Foi no âmbito das quinhentas casas a recuperar. Devo dizer-lhe que quinhentos é um número que tem a validade que tem, mas que é aquele que estudos dizem que o único universo, que foi adaptado ao universo que temos, é um universo de X de casas, em arrendamento apoiado, libertam por norma, e isto são perspetivas, são projeções, como tudo, de três em três anos quinhentos fogos, o nosso universo projeta isso. Portanto, aquilo que acho estranho, é que me venha perguntar, qual é o critério. Senhor Deputado Municipal temos um regulamento de acesso, que daqui a trinta dias, está em discussão pública. E daqui a trinta dias, não mais ninguém deixará de saber, porque é que esta casa foi para A, foi para B, ou foi para C. Político? Eu não percebo “político”. Não sei com que base de sustentação. Se eu tenho o regulamento de acesso que os Senhores não tinham, por acaso até era obrigatório, mas não tinham, como é que tem a coragem, de me vir dizer “com que critério” e ainda por cima “político”. Eu peço muita desculpa, mas eu acho que relativamente a isso nem vale a pena dizer mais nada, porque caracteriza quem faz uma afirmação dessas. Está claro que temos um regulamento de acesso, que os critérios são claros e para todo e qualquer atribuição de casa será esse regulamento que está em discussão pública que vai funcionar.

Depois, temos aqui de facto um entendimento diferente, um entendimento do Estado e todo o discurso do Estado, nós entendemos que o Estado é importante, é fundamental, que se calhar temos que ter e precisamos, exatamente porque foi aberta esta linha e nós vamos nos candidatar, mas nós temos outro entendimento. E o outro entendimento, é que, o Município não sua política de proximidade, não convive bem com estas situações. O nosso Executivo não convive. Esta é a diferença. O nosso Executivo, o atual, não convive bem com estas situações. Por isso, quando cá chegou, a primeiríssima coisa que fez, foi procurar conhecer e saber o tinha. E isso, diz o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, “a legislação saiu aí por meados de 2018”, como quem, “estamos quase um ano depois só agora é que vem com a Estratégia e ainda mais deficiente”. Ainda mais deficiente, insuficiente, e frágil e outras coisas.

Aquilo que nós tivemos que fazer, para fazer minimamente qualquer esboço, de qualquer plano ou de qualquer estratégia, foi saber o que tínhamos. Ou íamos mandar para o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, uma estratégia com base em quê? Com base em quê? No levantamento do IHRU que tinha sido feito



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

em 2017, ainda no vosso tempo, era a única coisa que tínhamos, e com situações que depois até foram alteradas porque não estavam exatamente como eram, mas não interessa, era o que tínhamos, mas era só, mais nada. E o resto, não sabíamos. Portanto, aquilo que lhe vou dizer é: fomos saber, e está aqui a grande diferença entre essa concessão de Estado e esse entendimento que com certeza, vos leva a não procurar e encontrar soluções que resolvam o problema, (digo eu), e uma atitude de quem chega vê e vê o que existe e diz; “não, este problema tem que se resolver seja lá ele como for, temos que começar a resolver”. Eu nunca disse aqui que íamos resolver o problema da habitação, não. Sou muito pouco política para fazer afirmações dessas. Sou muito mais pragmática. E aquilo que eu sempre disse, nesta mesa ou noutra qualquer parecida, foi: “vamos começar a resolver, e para começar a resolver, eu tenho que conhecer”. E foi isso que fizemos. E hoje, “insuficiente” diz o Senhor, é. Faltam 750? Faltam. Mas a que há Senhor Deputado Municipal, já nos dá uma margem de trabalho que o Senhor nem imagina. Eu repito: 750 faltam. Os que conseguimos saber já nos dão um campo de manobra e de atuação, muito grande. Mas os 750 lá iremos. E vamos saber o que está. E olhe Senhor Deputado Municipal, eu até sei o regulamento de acesso, posso-lhe dizer, as habitações são para quem precisa. São para quem precisa Senhor Deputado Municipal. E esse para mim foi o grande erro que a CDU cometeu. É que a CDU deixou estar durante estes anos todos, a habitar casas, gente que não precisa. Que não está lá, que a subalugou. E, portanto, isto é que não pode acontecer. E o Relatório está aí para o demonstrar, não sou eu que estou a inventar. Com rendas que não são atualizadas há não sei quanto tempo, o que significa o quê? Que se eu pago três ou quatro euros, por uma renda de casa, dá-me muito jeito mesmo que não esteja cá, pagar 36 euros por ano e ter uma casa aqui para quando cá quiser vir, ou outra coisa qualquer. E de quem é a culpa? Não é da criatura que lá está. Foi da falta de fiscalização, de controlo e de conhecimento. Contratos? N caducados. Ora se estão caducados. Ora, se estão caducados, estão no nome daquela outra pessoa, mas nós não sabemos quantas já lá passaram pelo meio. Caducados. Desde 2015, que não se fazia contratos, dava-se às pessoas uma declaração, para pedir a água e aluz, porquê? Porque por acaso diz-se era preciso um artigo matricial que não existia, porque os prédios não estavam registados. Se a informação está errada, foram os serviços que me deram. E, portanto, não se faziam contratos. Errado. Nós já fizemos não sei quantos contratos sem o tal artigo matricial. Não era necessário, mas não se faziam. Ora, este caldo de cultura, de completo abandono, de uma quantidade de fogos, que foram com certeza ocupados imagino eu, na altura por gente que precisava, mas que, entretanto, sofreram as alterações mais diversas e nunca mais ninguém se importou com isso, leva a que de facto, se calhar no caso de Almada, até a libertação de fogos é maior do que quinhentos nos três anos. Se calhar até é. É e bem, Senhor Deputado Municipal. É e bem. Porque nós temos muita gente a viver em situações absolutamente indignas. E tenho gente com casas que não as utiliza. Portanto, isto eu acho que é coisa mais clara e evidente, que nós podemos ter. E para saber isto tivemos que ir lá, e conseguimos e já sabemos muita coisa, e o Senhor Deputado Municipal também sabe que está aí no regulamento.

Guetos também não está na nossa opção, já o disse, Guetos estão ali, foi opção, não foi vossa, sei isso perfeitamente, foi opção que se fez nos anos noventa, e que de facto, não se justifica. E, portanto, isso não faremos.

Temos claramente uma prioridade, e a prioridade e porque a nossa primeira opção é a reabilitação, a prioridade é reabilitar, e começando pelos bairros. A verba que é necessária para requalificar aqueles bairros, temos que dizer que é Estado, se não for agora o Estado também acho que seria difícil. E nós temos uma linha aberta, para reabilitação que é o dinheiro que nos fica mais barato, de 65% a fundo perdido, e 35€ com o juro bonificado, que não conta para o endividamento, e se contasse era uma boa dívida, E se contasse era uma boa dívida. Eu até acho espantoso, (desculpem agora os outros Senhores/as Deputados/as Municipais), mas normalmente a esquerda até quer dívida, pague-se isso, pague-se aquilo, a direita é que diz “não, dívida não, contas certas”, mas aqui agora parece que é ao contrário. Não percebi. Não quiseram os 35% do PER – Plano Especial de Realojamento, porque se iam endividar, disseram ontem na Câmara Municipal. Eu acho que há aqui qualquer coisa que não entendo. Nós não estamos preocupados com a dívida, não, não estamos preocupados com a dívida, em vez de comprarmos outras coisas, vamos reabilitar os bairros. Temos um dinheiro barato, temos uma coisa que não conta para o endividamento, e, portanto, é boa despesa pública, fá-lo-emos. E agora vou ficar por aqui depois se for preciso, mais falarei.



Queria apenas dizer o seguinte: isto é uma Estratégia Local de Habitação, não é a candidatura ao 1º Direito. Não é. Na candidatura ao 1º Direito, há sim, tem que ter opções concretas, caminhos concretos, que hão de ser alguns desses que aí estão, caminhos concretos. Tem que ter metas, as metas estão aí, e não são dez anos Senhor Deputado Municipal João Galdes, o que está aí são dez, com uma etapa intermédia de seis, exatamente porque seis é a meta do 1º Direito. O que significa que seis é exatamente o horizonte temporal do 1º Direito. E é esse que nós a partir daqui e desta Estratégia aprovada, nós iremos em dialogo com o IHRU, construir. E obviamente, que vamos discutir. Temos já marcadas reuniões, de participação, na fase que é importante, que é a fase das opções. Esta fase foi a fase do elencar de hipóteses, de diagnóstico, está feito, era a parte que era absolutamente fundamental, sem essa não fazíamos nada. De diagnóstico, de opção de caminhos, de calendarização, isso tudo vai ser feito. Vai ser feito e vai ser discutido, e nós temos o maior interesse em discutir com toda a gente. Nós temos o maior interesse em discutir, a Estratégia Local de Habitação, esta que aqui está, levantou problemas, e se os Senhores/as Vereadores/as que estiveram na reunião onde isto foi apresentado, não foi apresentado nos Slides, é uma forma de falar de facto, que dignifica pouco as coisas e o dialogo. Não, foi apresentada a Estratégia, foi dado o suporte em papel, e, portanto, se havia ali alguma falha, porque era disso que se tratava, se achavam que havia alguma opção que não estava elencada, podiam nos ter feito chegar até a tempo da reunião de Câmara Municipal. Podiam ter feito chegar. Agora, o resto está lá tudo, nem sequer com certeza vamos conseguir percorrer todos aqueles caminhos num horizonte de dez anos, veremos, veremos. Agora, há uma coisa que temos que fazer que é andar, andar.

Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, dizer-lhe que está equacionada na fase a medio prazo a questão da candidatura ao Banco Europeu de Investimento, temo-la discutida, nomeadamente, no quadro das AUGI, s, estivemos a ler os pressupostos e são eventualmente enquadráveis, essas coisas são pesadas e demoradas, mas está prevista e está previsto o credito, obviamente, porque nós nunca teremos disponibilidade financeira para ser o Município a financiar tudo. Algumas coisas, terá que se financiar, há medidas que estão aí que serão financiadas pelo Município. Agora, as grandes, aquelas que envolvem grande volume de montantes, essas serão equacionadas no âmbito dos 65% e quanto mais nós podermos equacionar nos 65%, não diria que poupamos, mais barato nos ficará a reabilitação e o resto teremos que ir a juros bonificados, penso que é como disse, uma boa despesa pública e que os almadenses agradecerão que daqui a alguns anos possamos não ter o problema resolvido, mas ter muito caminho feito nessa matéria.”

7.1.4.3 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A primeira nota é a seguinte: nós rejeitamos liminarmente, entrar num registo baixinho e pouquinho do insulto e da calúnia, e, portanto, não vamos responder à letra a tudo aquilo que aqui foi dito. Mas há notas que aqui é preciso deixar em nome da verdade, e em nome da seriedade.

A segunda nota que eu gostaria aqui de deixar, é a seguinte: o Partido Socialista, a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, o Senhor Vereador João Couvaneiro, a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, provavelmente também o PSD, que gostariam muito que a CDU se calasse. Desengajem-se, a CDU não se vai calar.

Terceira nota, foi aqui dito, que este trabalho que aqui temos perante nós, e sobre o qual nós tomamos uma posição clara de viabilização, o que seria, o que teria sido, se o tivéssemos rejeitado, mas sobre este documento foi dito entre outras coisas, que é a primeira vez que é feito um levantamento exaustivo, que não é tão exaustivo quanto isso, e eu já la vou, da situação do Parque Habitacional Municipal, que foi um estudo científico, e outras coisas desse tipo, e eu gostaria daqui registar uma coisa. Numa coisa que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço disse, tem razão, é que nós lemos os documentos com atenção efetivamente. Lemos os nossos e lemos os dos outros, com muita atenção mesmo. E se há coisa, que o tempo que estivemos no poder em Almada nos deu, entre outras várias coisas, foi a capacidade e o conhecimento que temos dos serviços e da estrutura da Câmara Municipal. E posso aqui afirmar-lhe com toda a certeza, que quando os Senhores chegaram à Câmara Municipal, existia informação completa sobre o Parque Habitacional do Município de Almada. Completa. Se o Partido Socialista e os seus eleitos, têm problemas em encontrar os papeis, ou se o Partido



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Socialista e os seus eleitos, não querem encontrar os papeis, o problema é do Partido Socialista e dos seus eleitos. Agora, a garantia que nós aqui damos, CDU, porque temos essa certeza, é de que na Câmara Municipal de Almada, em novembro de 2017, existia toda a informação necessária para a gestão do Parque habitacional Municipal.

Depois há aqui uma questão mal explicada, já entrando em detalhe relativamente a este estudo científico que foi feito, há aqui um detalhe que carece de explicação. Foram deixados de fora 746 dos 2300 e qualquer coisa dos fogos municipais, 746 significa 32% do Parque Habitacional Municipal. Ao que nos foi dito, ao que nos foi dito na reunião de Câmara, pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, os serviços municipais não foram envolvidos neste trabalho, a Câmara Municipal optou por deixar os serviços municipais de fora alegando, que a participação técnica dos serviços municipais significaria que muito mais portas se iriam fechar. Está por demonstrar que isto assim seja. A nossa experiencia aponta exatamente no sentido contrário, como aliás, o bom senso manda que todos acreditemos. É natural, que os serviços municipais, conhecedores da realidade no terreno, tenham mais facilidade em penetrar no trabalho que é preciso fazer, do que uma empresa completamente estranha e com gente completamente estranha, à relação com os moradores do bairro. Mas mais do que isto, a ser verdade que os moradores dos bairros municipais, fecham a porta aos trabalhadores da Câmara Municipal, então há um problema gravíssimo na relação entre a Câmara Municipal e os seus arrendatários, que é preciso esclarecer. Porque não é natural, porque há uma gestão que é diária, e quotidiana que tem que ser feita, e não pode ser feita senão pelos trabalhadores do Município. Se os arrendatários do Município lhes fecham a porta, há aqui um problema gravíssimo que é preciso resolver com urgência.

Depois foi aqui dito também, que o Município de Almada, que aliás, nestes últimos ano e meio, é pintado a cores bastante negras, é tudo mau, aliás não é tudo mau, é tudo péssimo, está tudo a cair aos bocadinhos ou aos bocadões, foi aqui dito que o Município de Almada é o Município que tem mais carências de habitação. Mentira. Mentira e há um estudo publicado em fevereiro de 2018, pelo IHRU, que desmente esta realidade. Os dois Municípios da Área Metropolitana de Lisboa com maiores carências de habitação, são curiosamente, Lisboa e Amadora, em terceiro lugar está Almada. Tem carências de habitação é verdade, mas é falso afirmar-se, seguramente com o intuito de pintar de cores cada vez mais negras a situação que não é verdadeira, é falso afirmar-se que o Município de Almada é o Município da Área Metropolitana de Lisboa com maiores carências de habitação.

Depois, eu quero aqui lembrar, por muito que isto custe aos Senhores/as Deputados/as Municipais do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS-PP, eu quero aqui lembrar, que no mandato anterior, sem Estratégia Local de Habitação, no mandato anterior, foram realojadas 250 famílias pelo Município de Almada. No mandato anterior, conseguiu-se impedir que mais de 1200 famílias fossem despejadas das suas habitações por intervenção direta do Município através do Programa de Emergência Social. Isto tudo sem Estratégia Local de Habitação. E quero também aqui lembrar, por muito que isso custe aos Senhores/as Deputados/as Municipais do Partido Socialista, que antes de agosto de 2018, não havia fundamento legal para haver Estratégias Locais de Habitação. As Estratégias Locais de Habitação, foram criadas pelo Decreto-lei do 1º Direito e pela Portaria que regulamenta esse Decreto-lei.

Finalmente, uma referencia também à intervenção da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque do PSD.

Disse a Senhora Deputada Municipal que não compreende como outros Municípios, reconhecendo aliás, a nossa razão relativamente à ausência de legislação específica para resolver este problema e da não responsabilidade direta dos Municípios nesta matéria, reconhecendo isso, disse, no entanto, que nessas circunstancias, outros Municípios resolveram os problemas da habitação e Almada não. Falso. O que aconteceu, foi que outros Municípios expulsaram os seus habitantes em situação de habitação degradada e que Almada os acolheu. Foi isto que aconteceu. E isto é confirmado por afirmação do Senhor Vereador Miguel Salvado, na última reunião de Câmara Municipal, em que disse, eu não tenho aqui o registo magnético, mas registei, disse mais ou menos isto: "os Concelhos a Norte resolveram os seus problemas de habitação e as pessoas vieram para Almada e estão



a provocar-nos problemas”. Foi isto que o Senhor Vereador Miguel Salvado que é do Partido Social Democrata, disse na última reunião de Câmara.

Finalmente, desculpe Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, mas eu tenho que lhe lembrar aqui o seu Governo de má memória, eu sei que a Senhora Deputada Municipal não gosta, eu sei que a Senhora Deputada Municipal me vai retorquir que já passaram quase quatro anos, mas eu tenho que relembrar, porque Senhora Deputada Municipal, foi o seu Governo, que aprovou uma Lei, que promove dezenas, centenas, milhares de despejos e beneficia a especulação imobiliária. Foi o seu Governo que aprovou aquela Lei que se chama, que nós chamamos “Lei Cristas”. Foi do Governo do PSD e do CDS-PP, que criou situações de emergência, e que ainda hoje cria, infelizmente não foi ainda revogada essa Lei, ainda hoje cria milhares de situações de injustiça e de dificuldades ao nível da habitação.”

7.1.4.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Gostaria de deixar aqui mais algumas notas sobre o tema em debate e começaria por ler se me permitissem o último parágrafo da nossa intervenção. O Bloco de Esquerda é leal ao programa eleitoral com que se candidatou. Elegemos o direito à habitação como prioridade e cá estaremos para lutar por ela.

O compromisso do Bloco de Esquerda foi exatamente esse: o direito à habitação, dando naturalmente preferência a reabilitação como medida, mas se isso for insuficiente e deixar gente na rua ou em barracas, então defenderemos o que for necessário para que toda a gente tenha uma casa.

Já agora dizer-vos que a preocupação do PSD pelo problema da habitação em Almada, é um recuo que saudamos, tendo em conta que a mesma Deputada Municipal que aqui acusou o Município de não ter cumprido o PER, pertence a um partido que elegeu um Presidente de Junta em 2011 que defendia, e passo a citar: " não podemos continuar a desbaratar dinheiros públicos dos impostos dos portugueses e dos Almadenses, a construir casas de renda social, sob pena de hipotecarmos de vez o Concelho" talvez tenha sido o mesmo raciocínio que levou a que não cumpríssemos o PER. Seja como for se PSD nos quer trazer arrependimentos, devia pôr a mão na consciência pela Lei dos despejos que aprovou com Assunção Cristas.

Quando o investimento público falha, chegamos a situações como as de Almada com 8000 pessoas para realojar, e pouco mais de 2000 casas de Habitação Municipal e quase todas ocupadas, pode alguém ser tão ingênuo, que não perceba que vamos ter de recorrer a todos os instrumentos para o conseguir?

A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, disse que num próximo passo iriam concretizar as medidas, esperamos ansiosamente. Para já vamos abster-nos porque apesar da preocupação há um diagnóstico que tem de ser levado a sério, e há uma candidatura a fundos nacionais que não podemos desperdiçar, tal como propusemos o programa de emergência social que durante os mandatos da CDU, permitiu impedir 1200 despejos.”

7.1.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Depois destas intervenções eu acho que fica mais clara a minha posição. Passaram quatro anos de um Governo do PS com o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda, do Partido Ecologista Os Verdes, do Partido Comunista Português, que não resolveu o problema da Lei do arrendamento urbano. Não revogou a Lei Cristas, fez algumas alterações que vieram de alguma forma mitigar alguns dos processos que estavam em curso, mas não a resolveu. E quando eu digo que é preciso resolver os problemas a montante, é por aqui que se devia começar, é a nova Lei de Bases da Habitação, que infelizmente está a ser fabricada da forma que está, também não vem resolver o problema da habitação no nosso país. Pelo menos prevê-se que não venha. Porque é isto que acontece quando as coisas não são discutidas de uma forma ampla, e são digamos assim, afuniladas para uma única perspetiva, para uma única forma de olhar a sociedade. E, serve isto para dizer o seguinte: Lisboa, Amadora, Almada, pouco interessa a ordem em que estamos elencados na necessidade de habitação, o que é certo é que, em Lisboa, quer o PS, quer o PCP, já tiveram responsabilidades Governativas, neste momento tem o PS e o Bloco de Esquerda. O PCP já teve responsabilidades governativas, em Almada o PCP teve responsabilidades governativas, e há



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

problemas nestes três Concelhos, não me interessa, nem às pessoas, nem aos 8000 e não sei quantos habitantes de Almada, que precisam de habitação em que lugar é que está o Concelho de Almada para este efeito. Interessa-lhes é que o problema seja resolvido. E eu percebo porque participei na elaboração do programa, que o compromisso do Bloco de Esquerda seja com a habitação, mas nunca foi com a construção. E não podemos permitir a construção de novos guetos no Concelho de Almada.”

7.1.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A discussão já vai muito adiantada e, portanto, em jeito de conclusão, dizer algo ou repetir algo que também já foi dito. Aliás, a habitação é um dos poucos direitos constitucionalmente previstos, que de facto, tem tido ao longo dos vários Governos, ao longo destas várias décadas de democracia no nosso país, uma atenção que está abaixo daquilo que seria desejável, para que esse direito fosse efetivamente cumprido. Ainda assim, há algumas questões que foram hoje levantadas e que não correspondem verdadeiramente à realidade. Este é o primeiro Governo que apostou verdadeiramente uma nova geração de políticas para a habitação. Aliás, o Senhor Deputado Municipal João Galdes, referiu e com alguma razão, que de facto, esta nova geração é uma verdadeira geração. Ou seja, a primeira vez que um Governo tem não apenas através da criação de uma Secretaria de Estado da Habitação, que agora também tem uma dignidade reforçada através da existência também de um Ministro que acumula a pasta da habitação, mas, apesar de tudo existem medidas concretas e que visam dar resposta a estes problemas. Desde logo e sobre a Lei Cristas, que já aqui foi muito falada, não é verdade que não tenham sido feitas alterações e alterações em benefício dos inquilinos mais vulneráveis. A nossa visão, a visão do Partido Socialista, não é que revogar a Lei que foi criada pelo Governo do PSD e CDS-PP, *tout court* voltando ao sistema que existia anteriormente, trouxesse algum benefício ao mercado imobiliário, às pessoas mais desfavorecidas, ao nosso país. Aquilo que fizemos, foi dar maior proteção a quem efetivamente precisava dela, para que o mercado funcione, para que mais casas sejam disponibilizadas, para que isto também faça com que os preços das casas baixem e ao mesmo tempo proteger aqueles que têm mais dificuldade de acesso a esta habitação. Ainda assim e para além do 1º Direito, o Governo criou o programa “Porta de Entrada”, criou o programa de “Arrendamento Acessível”, o programa “Chave na Mão”, construiu uma série de alterações legislativas que fazem com que hoje Portugal, estando muito longe de resolver este problema, esteja mais próximo de conseguir ter uma política efetiva para resolução do problema da habitação. Está ainda em discussão no Parlamento a criação de uma Lei de Bases da Habitação, cujo processo se espera que seja finalizado ainda durante esta legislatura, e que vai permitir também reforçar e dar direitos a quem tem casas arrendadas. E, portanto, não é verdade que não se tenha feito nada, é verdade que durante décadas fez-se muito pouco no nosso país nesta área, mas ainda vamos a tempo de o corrigir.

Assim como se fez muito pouco no nosso Concelho. Acho que a discussão que aqui tivemos hoje, o prolongamento da discussão que já tinha sido feita na Assembleia Municipal, é uma assunção, até pela parte dos eleitos da CDU, de que algo falho redondamente na política de habitação do nosso Município. O estado da habitação no Concelho de Almada, é verdadeiramente deplorável, e a Câmara Municipal de Almada, já hoje aqui retratou a forma como foi deixada ao abandono grande parte das pessoas que hoje necessitam de habitação, são as mais de 8000 pessoas que necessitam de ser realojadas, mais de 2000 pessoas que no nosso Concelho ainda vivem em barracas e estes números são como já nos foi explicado, até provavelmente pecam por defeito e não por excesso. Nós temos ainda hoje, diversos bairros degradados, temos bairros de barracas no nosso Município, muitas casas sem saneamento básico, em que depois a ação da Câmara Municipal era verdadeiramente defeituosa, onde não existiam contratos como já foi referido, onde não existia fiscalização, e esta fiscalização é também necessária, porque se nós queremos ter uma verdadeira política que apoie os mais desfavorecidos, as pessoas que verdadeiramente precisam de casa, então também temos que fiscalizar de X em X tempo, e perceber se essas pessoas continuam a precisar de casa, ou se não continuam a precisar dessa mesma casa. Não se trata de despejar as pessoas que não têm outra alternativa, fazendo com que voltem a morar em barracas, não é isso que está em causa, isto é um medo que vai sendo lançado sucessivamente para cima da mesa quer pelo PCP, pelos Verdes e pelo Bloco de Esquerda e que é verdadeiramente infundado. Aquilo que se trata é de verificar se as condições de uma família se mantêm ao fim de vários anos de habitar essa mesma casa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, eleito pelo PAN, disse na sua intervenção, e se me permite citá-lo: “quem esteve anteriormente fez o melhor que pôde e soube”. Seria bom que assim fosse, porque na verdade aí estaríamos a falar apenas de incompetência. Mas o problema é que neste caso não falamos apenas de incompetência, falamos mesmo de uma escolha ideológica que é repetida cada vez que discutimos os temas da habitação nestes fóruns. É que o Partido Comunista Português e os Verdes, aquilo que defendem é que cabe ao Estado e ao Estado sozinho assegurar o princípio que está previsto no artigo 65 da Constituição, de assegurar uma habitação para todos. Não é essa a nossa visão. A nossa visão é que é óbvio que cabe ao Estado, mas que os Municípios sendo eleitos, têm também um papel a desempenhar, é por isso que nós votamos a aceitação de competências na área da habitação, porque entendemos que se o Município tem condições para fazer melhor e há áreas em que tem, então deve fazê-lo e que não faz sentido que esteja à espera que o Estado Central resolva todos os problemas, porque aquilo que nos move e por muito que ideologicamente até pudéssemos concordar com isso, agora, primeiro estão as pessoas e as pessoas devem ser colocadas á frente daquilo que são as posições ideológicas. Um bom exemplo disso mesmo, é o caso de Lisboa, com um Executivo liderado pelo Partido Socialista, foi capaz ainda na década de noventa ou já nos anos 2000, ideia que tenho é que foi ainda durante a década de noventa, foi capaz de erradicar as barracas, porque teve a audácia também de desenvolver planos que fossem nesse sentido e de não ficar à espera que fosse o Estado Central a fazer tudo isso.

Quanto a esta Estratégia para a habitação que hoje aqui nos é trazida, um ponto prévio. Nós prezamos muito o envolvimento da Assembleia Municipal em tudo aquilo que são os processos dentro do Município, aliás, durante esta legislatura parece-me e acho que nenhum Senhor/a Deputados/a Municipal, pode discordar desta afirmação que é de que esta Assembleia Municipal tem sido valorizada como dificilmente seria ou como dificilmente foi noutros mandatos. Isto é também fruto da conjuntura que temos hoje em dia, que é provavelmente a Assembleia Municipal que tem uma dispersão maior de mandatos atribuídos, mas traduz também aquela que é uma visão que o Partido Socialista tem sobre a forma de funcionamento dos órgãos do Poder Local, incluindo também a Assembleia Municipal que fiscaliza a atuação da Câmara Municipal. E, portanto, levamos muito a sério que essa fiscalização seja feita e que esse trabalho seja feito, ouvindo os Deputados/as Municipais. Foi também por isso, que desde o início e a Câmara Municipal de Almada está de parabéns por isso, que foram dadas mais condições para que todos os partidos pudessem fazer o seu trabalho e fazê-lo bem feito inclusivamente os partidos mais pequenos que antes não dispunham desse mesmo apoio. É por isso que hoje as Comissões Permanentes nesta Assembleia Municipal, funcionam de uma forma mais eficaz, de uma forma mais permanente do que funcionavam antigamente e o trabalho que é feito nessas mesmas Comissões Permanentes é valorizado, independentemente de muitas vezes a CDU se abster de participar nesses trabalhos que são muito importantes para aquilo que nós vamos aqui fazendo no Município, porque é nesta lógica de ouvirmos todos, que vamos podendo construir alguma coisa de mais útil para a vida de quem está lá fora e de quem nos vai vendo. Ora, pelo que percebo, foi criado um grupo de trabalho na Câmara Municipal de Almada, para acompanhar esta medida. Pelo que percebo também, com o voto contra dos Vereadores/as da CDU (se não foi estou enganado, peço desde já desculpa porque foi a ideia com que tinha ficado). Mas, aquilo que lhe queria dizer, e então se foi aprovado e se teve a aprovação de todos os partidos, a verdade é que esse grupo de trabalho foi criado na Vereação, e aquilo que já hoje foi também explicado pelos Senhores Vereadores/as da Câmara Municipal de Almada, é que existia alguma celeridade, alguma pressa que era necessária para a construção desta Estratégia Local para a Habitação, porque ela permite que o Município de Almada se candidate ao programa do 1º Direito. E também sabemos, e a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira já o referiu, que esta agenda será revista de seis em seis meses, ou pelo menos que há abertura para que ela seja revista. E, portanto, não me parece que seja um problema, que nós vamos fazendo o acompanhamento do trabalho que vai sendo feito na Câmara Municipal, que os Senhores/as Deputados/as Municipais possam também ser incluídos neste mesmo trabalho e que possamos construir uma Estratégia Local para a Habitação que seja continuamente melhorada. É esse princípio que está subjacente à apresentação desta Estratégia. Ainda sim, que tem uma série de medidas que são importantes à cabeça. Desde logo recuperar o edificado, ter mais casas para a habitação social, ter rendas a custos controlados, fala também na questão da habitação, aliás, do arrendamento intergeracional que é uma questão que é também para nós importante, não deixando de dar atenção a outras questões da habitação que são importantes, como o alojamento para estudantes, etc., que este Governo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

também já lançou um Plano Nacional de Alojamento precisamente para as colmatar. Mas, medidas que são também interessantes como a possibilidade de reservar quotas para a habitação a custos controlados, etc., etc., já foi muito discutido ao longo desta noite. Portanto, estamos perante aquilo que se pode considerar um primeiro passo, um primeiro passo para resolver um dos maiores problemas que o Município de Almada tem e que ao longo dos últimos quarenta anos não teve uma resposta que fosse adequada.

Perante isto o que é nós temos nesta Assembleia Municipal? Da CDU, aquilo que já ouvimos é que esta Estratégia é frágil e pouco robusta. Eu acho que é um pouco caricato perante o nada, nós dizermos que esta Estratégia que ainda que fosse que não seja a Estratégia ideal, porque necessariamente dificilmente o seria. Mas fazer como grande crítica a esta Estratégia, dizer que esta Estratégia ainda é frágil, quando nós sabemos também as dificuldades que existiram para que o atual Executivo tivesse acesso a alguma informação, que não estava verdadeiramente disponível, e Senhor Deputado Municipal se é falso, há aqui qualquer coisa que eu confesso que não estou a compreender e que esta Assembleia Municipal deve ser esclarecida. Nós sabemos que há vários funcionários da Câmara Municipal, que são militantes ou apoiantes do PCP ou dos Verdes, isso não tem problema nenhum, faz sentido que assim seja. Aquilo que eu digo é um facto, existiu um manifesto de apoio dos funcionários da Câmara Municipal ao Partido Comunista Português e aos Verdes, (não! já disse três vezes que não é proibido e que é normal). Agora também sabemos, eu sei que a bancada da CDU é perita em inventar factos novos, mas isto é um facto, peço imensa desculpa. Há imensos funcionários, há muitos funcionários, que apoiaram a CDU nas últimas eleições. Aquilo que não me passa pela cabeça e eu acho que não passa pela cabeça de nenhum Deputado/a Municipal e não passa pela cabeça de nenhum almadense, é que algum funcionário por concordar menos ou mais com o resultado das eleições, possa ter uma atitude que seja menos condizente com aquilo que são as suas responsabilidades e eu acho que não era isso que os Senhores Deputados Municipais diziam que se estava a passar. Portanto, das duas uma, ou essa informação foi disponibilizada, ou não foi disponibilizada. Se não foi disponibilizada, então temos que perceber porquê. Porque pelos vistos ela existia, mas não foi disponibilizada. Porque aquilo que o atual Executivo nos diz é que não foi disponibilizada. Aquilo que não me passa pela cabeça e que não me parece que o Senhor Deputado Municipal da CDU esteja a insinuar, é que algum destes funcionários por darem menos apoio político ao atual Governo possam ter uma atitude que é pouco condizente com as suas funções. E, portanto, como assim não é, essa informação não pode estar escondida e, portanto, se não foi fornecida é porque não existe. Se existe então, esta Assembleia Municipal e os almadenses, já agora, teriam muito interesse em perceber, onde é que está esta informação que pelos vistos por não ter sido procurada estava escondida nalgum local especial. E, portanto, havia muito trabalho por fazer, não há mal nenhum em que também sejam admitidas as dificuldades que existiam, mas acho que tudo o resto é um bocadinho folclore.

Portanto, da CDU, aquilo que aqui nos traz, não é nada de novo, é uma abstenção não propondo nada de construtivo para a construção deste documento. Aliás, acusando o atual Executivo não ser suficientemente competente para fazer aquilo que nunca foi feito lá atrás, e, portanto, é um bocadinho mais do mesmo.

Agora, aquilo que é verdadeiramente surpreendente porque eu continuo a ter uma capacidade de espanto que às vezes até a mim me surpreendo, é o facto de o Bloco de Esquerda também não ser um parceiro na construção desta Estratégia Local para a Habitação. E Senhor Deputado Municipal José Rocha, com toda a simpatia pessoal que de certo reconhece que eu tenho, acho que não posso confundir isto com alguma bonomia, com a permanente ausência de compromisso do Bloco de Esquerda para que possa construir alguma política que seja do interesse ou do verdadeiro interesse dos almadenses. Porque redundamos sempre no facto, de quando chega a altura de construir um orçamento, de construir uma política, de construir uma Estratégia, o Bloco de Esquerda nos diz. “isto afinal não era bem aquilo que nós queríamos, não chega”, apesar de no momento certo infelizmente, não ser possível perceber ou não ser possível dar o benefício da dúvida, como muitas vezes o Bloco de Esquerda vai dando, por exemplo, em muitas Juntas deste Município, onde é o verdadeiro seguro de vida de muitos executivos da CDU, e onde vai sucessivamente aprovando e dando o benefício da dúvida, porque verdadeiramente, aquilo que vai demonstrando, é que o Bloco de Esquerda convive muito melhor com o poder que esteve em funções em Almada durante os últimos quarenta anos, do que com esta maioria que hoje em dia está em funções. E aquilo que nós gostaríamos e aquilo que eu pessoalmente também gostaria, era poder



contar com o Bloco de Esquerda para ser um parceiro neste Município, sendo certo que desde o primeiro dia, o grande argumento que o Bloco de esquerda teve para não fazer parte e para não ter pelouros neste Executivo, foi o facto de a CDU também não querer fazer parte deste Executivo de um ponto de vista ativo e de ter pelouros. Ora, parece que as dificuldades ou a falta de compromisso da CDU, contamina o compromisso que o Bloco de Esquerda podia ter, e isso eu acho que é mau para o Município, é mau para os almadenses, e é mau para quem quer construir uma política que esteja ao lado das pessoas mais vulneráveis, ao lado dos almadenses mais vulneráveis.

Apenas dizer, é óbvio que esta Estratégia precisa de ser afinada, é óbvio que há muita coisa que precisa de ser feita ainda pela habitação no nosso Município. Agora, está dado o primeiro passo, a Câmara Municipal de Almada está de parabéns, em particular a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, porque sei e porque acompanho também o empenho pessoal com que exerce o seu mandato e com que se dedica a estas questões, portanto, o voto do Partido Socialista será naturalmente um voto favorável congratulando a Câmara Municipal por esta iniciativa.”

7.1.4.7 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Rapidamente algumas notas. É verdadeiramente espantoso, que um Deputado Municipal, ainda por cima Deputado da Nação na Assembleia da República, aqui nos venha fazer afirmações bombásticas, genéricas, e não as fundamente. Disse o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, falou do estado deplorável do património municipal habitacional, “estado deplorável”. Mas, depois não disse que deplorável é este. Não concretizou. E não pode concretizar. Se o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, leu os mesmos documentos que nós lemos, não pode concretizar. Porque os números que eu vou dizer agora, estão no documento que foi distribuído, estão no Relatório que foi elaborado pela empresa que fez o levantamento. Não fui eu que os criei, estão lá no Relatório. Portanto, das duas uma, ou o Senhor Deputado Municipal não leu os documentos, ou não leu os mesmos documentos que eu. Agora, eu tenho a certeza é que li os documentos distribuídos para esta reunião. E o que é dizem esses documentos? Por exemplo, na página 23 do Relatório: de 26 bairros municipais que estão lá considerados, 12 não têm uma única necessidade de intervenção muito urgente. 12, são 46,15% do número de bairros existentes no Concelho de Almada. E mais 6 para além desses 12, têm uma necessidade muito urgente de intervenção. São 23,07%. Estado deplorável? Há problemas, ninguém os nega nem nunca ninguém os negou. Alias, houve quem tivesse negado, mas eu não vou aqui falar disso. Mas do que isso, no total de 2900 intervenções, entre as muito urgentes, as urgentes, as de média urgência, as pouco urgentes e nada urgentes, que são as seis categorias que são definidas no Relatório, são 2900 que são identificadas, há 59 necessidades de intervenção muito urgente. 59 necessidades, em 2900. Eu facilito a vida, dá 2,03%. Estado deplorável? Há problemas é verdade, nunca ninguém os negou, mas estado deplorável? Se calhar o Senhor Deputado Municipal não tinha conhecimento destes dados. Mais, relativamente à regularidade ou falta de regularidade dos contratos de arrendamento. É interessante que, tendo deixado 746 fogos de lado, se chegou à conclusão de que, conformes com a Legislação estão 1284, daqueles que foram ouvidos. Ora, 1284 daqueles que foram ouvidos, significa 85%. Depois, há 235 dos que foram ouvidos, que não estão conformes, mas, é preciso perceber, não estão conformes como? Daqueles que estão ocupados, não pelo titular do contrato, (este Relatório fala de titulares de contrato, portanto, os contratos existem ao contrário daquilo que foi aqui dito. Os contratos existem porque o Relatório fala em titulares de contratos.) Mas, daqueles fogos que estão ocupados, provavelmente a Senhora Vereadora Teodolinda também não viu os mesmos documentos do que eu, é provável. Mas, daqueles que estão ocupados por familiares diretos do titular do contrato, de 174, 103 estão nessa situação porque o titular do contrato faleceu. É muito provável, que estejam em curso processos administrativos no sentido de regularização do titular do contrato. 103. Titulares fora do país, estão 13. Processos em Tribunal estão 8, titular internado estão 5, e vários, nós não sabemos o que são os vários, estão 45. Mas também há situações de fogos ocupados por familiares indiretos, e nestes que são muito menos, são 13 situações que são identificadas, titulares falecidos 7, titulares fora do país 2 e sem informação 4. Curiosamente, do levantamento que está no Relatório que nos é apresentado, a ocupação ilegal são 15. Provavelmente o Relatório foi feito há uns meses para dar este número, mas é o que lá está. São 15. Possivelmente subarrendado, e este possivelmente



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

subarrendado resulta de informações dadas por terceiros há equipa que fez o estudo, são 12. Eu já ouvi responsáveis do Município de Almada, dizer que é uma catástrofe o subarrendamento no Parque Habitacional Municipal. Eu já ouvi dizer isto. Mas o Relatório desmente cabalmente. O Relatório que foi mandado fazer pela Administração do Município. Mais, possivelmente registos por atualizar 12 e vários 8. O mais interessante vem agora, o mais interessante de tudo vem agora. É que possivelmente ocupado, ocupação sazonal, não permanente, que a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira disse na reunião de Câmara Municipal e disse aqui hoje novamente, ser uma catástrofe completa, são 21. Está no Relatório, são 21, 0,9% das situações.

Portanto, a CDU tem uma posição coerente, séria e construtiva sobre estas matérias. A CDU preocupa-se com o Concelho de Almada, a CDU preocupa-se com a população do Concelho de Almada, a CDU tem soluções para o Concelho de Almada, e não, Senhores/as Deputados/as Municipais, a CDU não embarca em qualquer solução. A CDU só será parceira daquilo que quiserem, se for envolvida no processo. E se estiver de acordo com o processo. Não forçarão a CDU a tomar decisões que são contra o seu próprio programa e a sua própria forma de estar e de entender os problemas. Não conseguirão fazer isso, por muito que isso vos custe e não nos calarão.”

7.1.4.8 – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Muito rapidamente, eu agradeço a oportunidade para repetir algo que disse aqui o Senhor Deputado Municipal João Galdes, que disse que de facto, não havia Estratégia. E, portanto, é bom ouvir isto da sua boca e aliás, ficou gravado, foi transmitido, disse que não havia Estratégia. E, portanto, agora existe Estratégia. Esta Estratégia provavelmente os Senhores não estão de acordo, mas como eu disse no início, mais vale quem faz, do que quem pode. E ela está feita. Agora, seguramente depois dos esclarecimentos vai ser votada, mas ainda antes de ser votada eu gostaria de falar de uma coisa que foi aqui referida, que tentaram desmentir com “a partes”, que é a questão da constituição do grupo de acompanhamento. Este documento como sabem, é extraído do portal do Executivo, e diz relativamente à proposta da criação do grupo de acompanhamento, que teve 6 votos a favor, 4 votos contra e uma abstenção. Talvez seja fácil de perceber de quem foram os votos a favor, eles são públicos, PS, PSD, os 4 votos contra da CDU e a abstenção do Bloco de Esquerda. Já agora, dizer que houve uma proposta de alterações que se tentou consensualizar, durante mais de uma hora, com toda a generosidade e maturidade democrática, tentamos trabalhar a consensualização da proposta, mas sistematicamente ela foi recusada e de facto, proposta da CDU, depois acabou por ser recusada com seis votos a favor. Mas que era uma proposta que não se pode querer ter construção de uma situação de consenso e depois querer votar contra ela ao mesmo tempo.

Portanto, da nossa parte contarão sempre com maturidade democrática, procura das melhores soluções, encontrarmos plataformas de entendimento e diálogo, mas não podemos é construir essa ponte e ela ficar a meio, porque do outro lado não se faz caminho.”

7.1.4.9 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Senhor Deputado Municipal João Galdes, “Gostariam de calar a CDU”, é uma frase bonita, mas não tem adesão à realidade. Eu não gostaria de calar ninguém, eu sou um bocadinho mais velha que o Senhor Deputado Municipal João Galdes, e fui vítima verdadeiramente e a sério, da repressão. Se calhar não acredita, mas fui. Fui. E, portanto, sei dar muito valor ao que é liberdade de expressão. E acho que toda a gente tem o direito à liberdade de expressão. Depois posso ou não concordar com o que dizem, é o caso. Mas, a verdade, é que nunca, nunca, nas minhas palavras e nas minhas intervenções, eu deixei qualquer laivo de que possam concluir que eu quero calar a CDU, não quero. Eu estive nesta bancada quando a CDU era poder, falei sempre que pude, é verdade que tive uma atitude um bocadinho diferente, porque estava noutra postura, estava noutro contexto, percebo tudo isso. Percebo que a situação é diferente, mas nunca, quando estava aqui antes ou agora, houve qualquer tentativa da minha parte e penso que das outras pessoas, de calar a CDU. Agora, isto é uma coisa. A outra coisa é, não gostar de ouvir quando se diz coisas que não são, é outra coisa. A gente reage a afirmações



1/2

com os quais não vê adesão á realidade. Eu vou lhe dizer uma coisa. Quando nós chegamos à Câmara e havia uma caracterização dos bairros, olhe Senhor Deputado Municipal, eu acho que vou abrir um processo de inquérito aos trabalhadores que lá estão, que eram todos do tempo da CDU, porque foi quando chegamos e estão praticamente lá todos, porque eu não tenho que ir às prateleiras procurar os dossiers, acho eu. Agora, se há coisa que foi perguntado, que foi dito e que foi procurado, nunca ninguém disse, não creio que os serviços o fizessem, mas o Senhor está a coloca-los numa situação que eu acho muito desagradável. Muito desagradável. Eu não colocaria trabalhadores de sitio nenhum que trabalhassem comigo ou que tenham trabalhado comigo, numa situação dessas. Portanto, não havia caracterização nenhuma de bairros, havia um conjunto de pedidos, assim desta altura, para intervir no cano da água que caia em cima da sanita que estava partida. Isso sabia, um levantamento completamente anárquico de pedidos, isso havia. Agora, caracterização, aquilo que merece o nome de caracterização dos bairros, não havia.

Depois diz o Senhor Deputado Municipal João Galdes, que 746 não corresponderam, e a culpa foi porque o Executivo não envolveu (foi a sua expressão) os serviços neste trabalho. Envolveu Senhor Deputado Municipal João Galdes. Todos os documentos foram construídos por nós, todos. Todas as fichas, tudo, reunimos com os bairros, afixamos nos prédios a informação de que uma equipa ia se deslocar aos bairros, e entendemos exatamente, porque iam com uma ficha na mão a perguntar se era preciso isto, aquilo e aqueloutro, que iríamos acrescentar a isto mais o facto de irem os funcionários da Câmara Municipal, porque aquilo que já andava a correr nos bairros, é que nós andávamos a fazer uma inspeção, acho que era o termo utilizado, para nós pormos as pessoas fora das casas. E, portanto, com bom senso, aquilo que nós fizemos foi controlar o processo e depois deixar que a equipa com os documentos e com os instrumentos que nós todos criamos, com a informação que demos a posteriori, para que o representante do prédio partilhasse a informação com os outros e explicasse o que é que lá iam fazer, fizemos tudo isso. Portanto, não tem nenhuma adesão à realidade aquilo que o Senhor Deputado Municipal disse. Portanto, eu não estou a querer que se cale, mas eu tenho que obrigatoriamente lhe vir dizer, que o que está a dizer de facto, não é verdade.

Outra questão, eu também nunca disse que Almada era o Município que tinha mais barracas da Área Metropolitana de Lisboa, nunca me ouviu dizer isto. Porque o que eu li não foi isto, foi que Almada era o 3º na Área Metropolitana de Lisboa, como confirmou e o 1º na Península de Setúbal. É isto que está escrito. Se os Relatórios estão errados, eu peço desculpa, mas é a minha fonte de informação.

Depois relativamente à questão de se acolherem pessoas de outros Concelhos. O Senhor Vereador Miguel Salvado não disse exatamente isso, mas eu vou-lhe responder, eu vou-lhe responder. De facto, quando resolveram os problemas e houve pessoas que ficaram sem casa, elas vieram para Almada, é verdade. Sabe porquê? Porque nos anos noventa, quando o PER não foi concluído e deixou por fora, relatório do IHRU, não estou a inventar, Relatório do IHRU, 900 famílias que estavam identificadas para serem realojadas e não foram, foram a génese de novos e, portanto, foi fácil. Vieram para Almada porque era mais fácil. Vem o Senhor dizer, “acolhemos”, ali o 2º Torrão acolhe alguém? E foi onde muitos se instalaram. E noutros sítios. Eu não me importo, com aquilo que o Senhor Vereador disse, eu estou a responder aquilo que o Senhor Deputado Municipal disse, e o que o Senhor Deputado Municipal disse foi, “Almada acolheu-os”, e acolheu-os bem. Portanto, foi o facto de, não terem cumprido o PER e terem deixado 900 famílias que deviam ser realojadas e não foram, que deram origem ao crescimento que depois se deixou crescer dos bairros que hoje temos.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, acho de facto, que nós não estamos aqui num campo de boxe, não estamos. Garanto-lhe, que eu estou aqui com o espirito de maior disponibilidade, para ajudar a construir uma solução. Nós vamos construí-la, agora eu gostaria que em termos de habitação, fosse de facto, porque ela será melhor. Quanto mais gente participar melhor ela será, disso eu não tenho dúvida. Agora, não vejo nenhuma hipótese de haver aqui, aquilo a que eu chamo de colaboração e participação, não vejo. Eu não gosto, de facto, acho que são questões demasiado sérias, graves para as pessoas e não temos que fazer disto, luta politica. Não temos. Não temos que andar a colher dividendos disto, não temos. Nós estamos aqui não estamos a colher luta politica. Eu não estou a fazer luta politica nenhuma, os Senhores é que querem que eu esteja a fazer, e como querem fazer, fazem as afirmações que entendem para que depois haja resposta. Eu não estou a fazer nenhuma luta politica e estou aqui a declara-lo, eu estou com os serviços e com o resto do Executivo, a tentar iniciar um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

caminho que nunca foi iniciado. E isto não é política, é verdade. E, portanto, continuarei independentemente de me poderem chamar tudo o que me quiserem chamar, de dizerem que eu faço política, de dizerem que quero calar a CDU, que eu quero, que eu quero ou que nós queremos, eu não quero nada disso. Eu quero de facto, que daqui a uns anos, a habitação em Almada, tenha feito algum caminho e possa estar a caminho de ser resolvida num curto a médio prazo.”

7.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo o Presidente da Junta de Freguesia Coça da Caparica e o Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito do PAN; 17 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os Presidentes da Junta das União de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Laranjeiro e Feijó e Caparica e Trafaria, que o integram e 3 do Grupo Municipal do BE; e 1 voto contra do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Estratégia Local de Habitação do Município de Almada, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 6/5/2019.

7.1.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) anunciou que iria apresentar uma declaração do voto por escrito.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 8 de maio em Assembleia Municipal de Almada foi discutida e votada a Estratégia Local de Habitação, um documento fundamental para o Município de Almada.

Esta estratégia, sendo condição obrigatória para a candidatura do Município ao programa de financiamento nacional “Primeiro Direito”, constitui também o primeiro documento publicado sobre a situação da habitação municipal e as necessidades de realojamento no Concelho. Foi feito um levantamento do estado dos fogos sociais municipais e um cálculo das necessidades, de quantas pessoas vivem sem o direito a uma habitação em condições dignas e de segurança.

A realidade do acesso à habitação no Concelho de Almada, em pleno sec. XXI, é assustadora.

Almada nunca chegou a concluir o PER dos anos 90, e o crescimento de bairros de barracas e necessidades de habitação sem resposta tornaram a situação na mais grave da Área Metropolitana de Lisboa. 800 famílias vivem ainda em barracas à porta da capital, são muitos adultos e centenas de crianças. Os vinte seis bairros de habitação municipal precisam todos, sem exceção, de intervenção: 16% urgentes e 30% de urgência média que significam “anomalias que afetam elementos construtivos, elementos de recobro e proteção”. Descrições de infestações, falta de ventilação, péssima e perigosa qualidade do ar e extrema humidade são recorrentes. Estes são os primeiros dados sobre a habitação no Concelho após 40 anos de maioria da CDU.

Não é aceitável que um Município em que 2000 pessoas vivem em bairros de barracas não tenha como prioridade o investimento em habitação pública. Não compreendemos como é que em 40 anos não foi possível acabar com a triste realidade das barracas no Concelho. Este levantamento prova que foram décadas de desinvestimento e abandono. Estes dados não mostram a existência de políticas municipais de apoio à habitação.

Estes dados confirmam as preocupações do Bloco de Esquerda, razão pela qual a Habitação foi uma prioridade no programa político como que nos candidatamos nas últimas autárquicas.

Consideramos que uma estratégia que queira realmente mudar o estado das coisas tem de ser muito corajosa, tem de ter disponibilidade financeira do Governo, sendo verdade que o investimento do Governo até à data não foi o suficiente, também é verdade que o empenho da Câmara Municipal até hoje foi mais que insuficiente.



Tememos que os riscos no acesso à habitação estejam subvalorizados. É preciso uma real avaliação das carências, incluindo os que decorrem da dinâmica especulativa do mercado habitacional, do crescimento do valor das rendas, de uma lei que liberalizou os despejos. O preço das habitações em Almada nos últimos dois anos subiu cerca de 10% e não dá sinais de abrandamento. Há um risco para uma classe média que antes estava mais protegida deste tipo de carências, mas que, como podemos ver no Concelho de Lisboa, encontra-se como em potencial risco. Também as alterações climáticas representam riscos para a população que reside em territórios vulneráveis.

Relativamente às 11 medidas propostas pelo executivo: subentende-se uma prioridade no realojamento de cerca de 800 agregados que vivem em barracas, mas não se entende bem como. Refere-se a possibilidade de o Executivo comprar casas a privados para as situações mais urgentes, mas não quantifica nem calendariza esta medida. O BE considera que as barracas devem ser a principal prioridade desta estratégia. O Concelho de Almada não pode ter barracas e tem de garantir que não volta a tê-las.

Outra proposta desta estratégia é a disponibilização de 500 fogos municipais por cada três anos, ou seja, uma rotatividade de 500 fogos nos bairros municipais. Como diz o documento *“Terá de existir uma melhor gestão da atribuição de habitação. Potencialmente, em cada 3 anos, podem ser disponibilizados cerca de 500 habitações a outros agregados familiares com carência social e económica”*. Há aqui duas preocupações: uma é a possibilidade de despejos, visto que a rotatividade significa que há pessoas que têm de sair das casas para outras entrarem. Outra preocupação é que mesmo com esta rotatividade e com o património municipal que existe precisaríamos de mais de 4 décadas para realojar as 8000 pessoas que carecem de habitação. As pessoas não têm uma segunda vida para esperarem por uma habitação. Como a estratégia indica, é uma estratégia a 10 anos e propõe uma série de outras medidas como: subsídios temporários de apoio a rendas, reabilitações, requisição de património de outras entidades (SS, Santa Casa da Misericórdia), estudar a possibilidade de cotas de habitação social nas novas construções (uma medida já há muito defendida pelo BE).

Ora, apesar de todas estas medidas nos parecerem bons caminhos, nesta estratégia não é possível perceber nem a quantificação, nem orçamento, nem calendarização. Não conseguimos ter acesso a dados elementares para uma estratégia real e concreta: como o número de pessoas que o executivo irá conseguir realojar por ano, quais os custos e prioridades. Para além do défice de informação, de acordo com esta estratégia que foi apresentada, também tememos que tudo isto seja insuficiente, e é por essa razão que nos abstivemo-nos nesta votação. A estratégia fica aquém do que a situação de emergência social do município exige.

Consideramos incompreensível que um município proprietário de mais 2000 fogos de habitação não tivesse até hoje um Regulamento sobre a atribuição de habitação, obrigatório por lei desde 2014. Teremos algumas alterações a propor neste regulamento, nomeadamente sobre as razões atendíveis para recusar fundamentadamente uma casa atribuída pelo Município. Nesta fase votamos a favor do Regulamento para que possa seguir para consulta pública.”

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da Agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”.

7.2.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que ciclicamente a Câmara Municipal traz à consideração do Órgão Fiscalizador, a Assembleia Municipal, as Áreas de Reabilitação Urbana do nosso Concelho. Almada tem um passado e tem um presente, de Áreas de Reabilitação Urbana, hoje aqui já se falou muito nesta circunstância e a política de habitação municipal passa também pela prática da reabilitação, é importante para a imagem do Concelho, é importante para encontrar medidas de enquadramento também, de políticas de habitação, de arrendamento de forma mais acessível, que sirvam não só aqueles que aqui habitam, como aqueles que querem aqui construir projetos de vida. E, reabilitar o património degradado, é também e faz parte também, se assim podermos dizer, desta estratégia enquadradora de habitação e de requalificação da imagem concelhia e das hipóteses de alojamento que temos à disponibilização da população. Muito recentemente e relembro, Almada fez aprovar também, no âmbito das



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

orientações estratégicas deste Executivo, um novo regulamento para acesso à requalificação, que vai beber naquilo que são as propostas e aquilo que são as oportunidades oferecidas no âmbito do IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas, e hoje está à vossa consideração para além da aprovação que já foi feita muito recentemente de uma nova ORU para a Costa da Caparica, o relatório que dá nota dos progressos, das ambições, das oportunidades e das fragilidades da ARU que acompanhamos da Cova da Piedade.

É este documento que está à vossa apreciação e que se pede naturalmente, que a Assembleia Municipal possa aprovar, para que possamos continuar este caminho.”

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização, da área de reabilitação urbana simples da Cova da Piedade e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do número 1, do art.º 20º-A, do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de maio de 2019.

8 – Sendo próximo das 00 horas e 25 minutos, deu-se por concluída a sessão extraordinária, tendo-se concluído a agenda.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Filipe Pacheco, Miguel Salvado, Luís Manuel Salgueiro, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos e Joana Mortágua.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos técnicos da TV Almada que transmitiu a sessão e de cerca de 25 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1ª SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____